

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

JONATAS MICHEL KUCHNIR

**“POR DEUS E PELA FAMÍLIA”: ANÁLISE DIALÓGICA DOS DISCURSOS DA
BANCADA EVANGÉLICA NA ABERTURA DO PROCESSO DE DESTITUIÇÃO DA
EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

PONTA GROSSA
2020

JONATAS MICHEL KUCHNIR

**“POR DEUS E PELA FAMÍLIA”: ANÁLISE DIALÓGICA DOS DISCURSOS DA
BANCADA EVANGÉLICA NA ABERTURA DO PROCESSO DE DESTITUIÇÃO DA
EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof^a Dr^a Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh

PONTA GROSSA
2020

K95 Kuchnir, Jonatas Michel
"Por Deus e pela família": análise dialógica dos discursos dos deputados da Bancada Evangélica na abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff / Jonatas Michel Kuchnir. Ponta Grossa, 2020.
85 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh.

1. Análise dialógica do discurso. 2. Bancada evangélica. 3. Impeachment. 4. Dilma rousseff. I. Saleh, Pascoalina Bailon de Oliveira. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 808.3



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

JONATAS MICHEL KUCHNIR

“POR DEUS E PELA FAMÍLIA”: ANÁLISE DIALÓGICA DOS DISCURSOS DA BANCADA EVANGÉLICA NA ABERTURA DE DESTITUIÇÃO DA EX-PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF.

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de
Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 28 de setembro de 2020.

Prof.^a Dra Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Dra Nívea Rohling – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.^a Dra Silvana Oliveira - Universidade Estadual de Ponta Grossa



Documento assinado eletronicamente por **Nívea Rohling, Usuário Externo**, em 05/10/2020, às 08:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Oliveira, Professor(a)**, em 07/10/2020, às 12:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh, Professor(a)**, em 09/10/2020, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **0316810** e o código CRC **4CAB43EC**.

Dedico àqueles que lutam por um serviço público gratuito e de qualidade e que compreendem que a diversidade humana é o cerne para uma sociedade saudável, harmônica e equilibrada.

“A história será implacável com os que hoje se julgam vencedores” (Dilma Rousseff)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar dialogicamente os discursos dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica – conhecida como Bancada Evangélica – na votação de abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, com o intuito de investigar alguns ecos que constituíram seus enunciados. Os estudos do Círculo de Bakhtin são a base teórica sob a qual essa pesquisa se sustenta, sobretudo em Bakhtin (1993; 2003 e 2018) e Volóchinov (2018) nos quais nos são apresentados conceitos chave, como o de dialogismo, ideologia e signo. Os dados da análise foram obtidos por meio da ata da sessão de 17 de abril de 2016 com a transcrição dos enunciados de todos os deputados presentes e a possibilidade de filtrar aqueles que compunham a Bancada Evangélica. Entre esses, 94,5% posicionaram-se favoráveis à destituição e 5,5% contrários. A análise dos discursos desses deputados permitiu observarmos algumas regularidades discursivas e, assim, o agrupamento das justificativas em cinco categorias: eleitorado; valores; salvação; legalidade; e voz do povo. Dessas cinco, duas ficaram em evidência: valores e salvação, as quais foram analisadas pela perspectiva da Análise Dialógica do Discurso (ADD), que permitiu analisar outras vozes que ecoaram dos discursos dessa Bancada. Verificou-se que ao enunciar *Deus e família*, ecos da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, de 1964, puderam ser ouvidos, o que aproxima um evento do outro, a considerar que ambos culminaram em um ataque à democracia. *Deus e família* são valores que, nas duas ocasiões estavam sob algum tipo de “ataque” e foram usados como símbolos para reivindicar uma mudança. Constatou-se também que essa reivindicação por *mudança* reverbera não só nos valores, mas também na economia, pois a própria concepção de Estado estava em jogo, ao observar também o cronotopo em questão. Os resultados obtidos evidenciam que os discursos da Bancada Evangélica na votação de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff não foram homogêneos, mas sua maioria foi favorável à destituição, tendo como justificativas centrais a propagação de seus valores e o rompimento com o Estado de Bem-Estar Social e a instauração do neoliberalismo no Brasil.

Palavras-chave: Análise Dialógica do Discurso. Bancada Evangélica. Impeachment. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This research aims to analyze dialogically the speeches of the deputies of the Evangelical Parliamentary Front - known as the Evangelical Bench - in the opening vote on the process of dismissal of ex-president Dilma Rousseff, in order to investigate some echoes that constituted their statements. The studies of the Bakhtin Circle are the theoretical basis of this research, especially in Bakhtin (1993; 2003 and 2018) and Volóchinov (2018) where are presented key concepts, such as dialogism, ideology and sign. The analysis data were obtained through the minutes of the session of April 17, 2016 through a transcript of the speeches of all the deputies present and the possibility of filtering those who made up the Evangelical Bench. Among these, 94.5% were in favor of dismissal and 5.5% against it. The analysis of the speeches of these deputies allowed us to observe some discursive regularities and, thus, the grouping of justifications in five categories: electorate; values; salvation; legality; and voice of the people. Of these five, two were in evidence: values and salvation, which were analyzed from the perspective of Dialogic Discourse Analysis (ADD), which allowed the analysis of other voices that echoed from the speeches of this Bench. It was found that by enunciating God and family, echoes of the March of the Family with God for Freedom, in 1964, could be heard, which brings one event closer to the other, considering that both culminated in an attack on democracy. God and family are values that, on both occasions, were under some kind of "attack" and were used as symbols to claim a change. It was also found that this demand for change reverberates not only in values, but also in the economy, since the very conception of the State was at stake, also observing the chronotope in question. The results obtained show that the speeches of the Evangelical Bench in the vote to dismiss former President Dilma Rousseff were not homogeneous, but the majority were in favor of the dismissal, having as central justifications the spread of their values and the break with the State of Social Welfare and the establishment of neoliberalism in Brazil.

Keywords: Dialogic Discourse Analysis. Evangelical Bench. Impeachment. Dilma Rousseff.

SUMÁRIO

Introdução	8
CAPÍTULO 1 – O Círculo de Bakhtin e suas Contribuições para os Estudos da Linguagem	12
1.1 O Objetivismo Abstrato, o Subjetivismo Individualista e uma Filosofia Marxista da Linguagem.	13
1.2 O Enunciado e Alguns de seus Elementos.....	18
1.3 Orientação Dialógica da Linguagem	22
1.4 Signo e Ideologia na Perspectiva Enunciativa do Círculo.....	27
CAPÍTULO 2 – A Abertura do Processo de Destituição da Ex-Presidenta Dilma Rousseff na Câmara do Deputados	30
2.1 Cronotopo do Golpe de 2016	31
2.2 O Evento.....	38
CAPÍTULO 3 – A Bancada Evangélica e sua Participação no Golpe de 2016	44
3.1 O Percurso da Análise	45
3.2 A Frente Parlamentar Evangélica	48
3.3 Como Votou a Bancada Evangélica.....	52
3.4 As Vozes que Ecoam nos Discursos da Bancada Evangélica	60
3.4.1 Os “valores” de 1964 e 2016 – a história se repete	60
3.4.2 A “salvação” nos costumes e na economia.....	71
Considerações finais	78
Rererências	82

Introdução

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL, 2020).

O trecho acima, retirado da nossa Constituição de 1988, é o que explicita a laicidade do Estado brasileiro. De acordo com o texto, o Estado, em todas as suas instâncias, não pode estabelecer relações de dependência ou alianças com instituições religiosas.

Isso não significa, entretanto, que as religiões ficam proibidas em território nacional. Ao contrário. O Art. 5 reforça que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, 2020), ou seja, na sociedade civil são permitidas todas as manifestações religiosas e sua proteção pelo Estado. O que o Art. 19 estabelece é que, embora o Estado deva assegurar o livre exercício religioso na sociedade civil, ele não pode privilegiar uma religião em detrimento de outras, já que isso feriria a liberdade religiosa dos indivíduos.

O que percebemos, entretanto, de forma cada vez mais acentuada, é a participação ativa de grupos religiosos cristãos na esfera política e a reivindicação de suas pautas. Exemplo disso é a existência da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e a relação entre Estado e religião se estreitando, como vemos no horizonte da opinião pública nos veículos de notícias:

“Bancada evangélica cresce e mistura política e religião no Congresso” publicou o Portal UOL (DIP, 2015); “Ministério tira ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ da base curricular” informou a Folha de São Paulo (CANCIAN, 2017); “Frente Parlamentar Evangélica pede fim da ideologia de gênero nas escolas” noticiou a Gazeta do Povo (FRENTE..., 2018); “Políticos evangélicos protestam contra aborto na porta de clínica e chamam menina de 10 anos de ‘assassina’” relatou o site Dom Total (BRITTO, 2020). “Bolsonaro diz que vai indicar ministro ‘terrivelmente evangélico’ para o STF” foi manchete no site G1. (CALGARO; MAZUI, 2019).

Sem nos atermos a refletir sobre a dinâmica do nosso Estado Laico – se na prática é ou não é, as influências da nossa história cristã no Estado, se a Frente Parlamentar Evangélica fere a laicidade do Estado e demais reflexões com as quais

outros teóricos já contribuem – trago esse trecho da Constituição e as notícias acima para asseverar a tenuidade das relações que se estabelecem entre grupos religiosos evangélicos e a esfera pública e o jogo de interesses desse grupo na esfera política do Estado que, na Constituição, é Laico.

Estudos de diferentes áreas se debruçam sobre esse tema, a destacar dois: um artigo publicado em 2017, na área das ciências da religião, de autoria de Amanda Nunes Pinheiro, cujo título é “A atuação dos membros da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional: representação legítima do eleitorado ou afronta à laicidade do Estado?” (PINHEIRO, 2017). O segundo é uma tese de autoria de Rafael Bruno Gonçalves, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada “O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)” (GONÇALVES, 2016). Em ambos os trabalhos, os autores debruçam-se sobre a atuação da Bancada Evangélica em algumas sessões específicas no Congresso Nacional.

Nesse contexto, esta dissertação configura-se como uma contribuição à reflexão sobre o tema na área dos Estudos da Linguagem. Para tanto, direciono meu olhar na Frente Parlamentar Evangélica – conhecida como Bancada Evangélica – e sua atuação no Congresso Federal em uma votação importante no cenário político brasileiro. Retorno para o ano de 2016, no qual, mais uma vez, vivenciamos uma destituição presidencial¹, agora da presidenta petista Dilma Rousseff.

Nosso objetivo geral, portanto, é analisar os discursos da Bancada Evangélica na abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, pretendemos quantificar os votos da Bancada para obtermos um retrato de seu apoio ou não à destituição. Quantificados os dados, nos dispomos a observar as regularidades discursivas e identificar as justificativas mais representativas de seu posicionamento e, por fim, recuperar elos na cadeia discursiva que nos permitam interpretar as vozes que ecoam dos discursos dessa bancada.

Ao longo das próximas páginas, abordarei esse acontecimento como “Golpe de 2016”, pois compreendo que nossa democracia foi duramente açoitada por grupos que não estavam satisfeitos com um governo legitimamente eleito e, para suprir seus

¹Presidentes destituídos no Brasil: Carlos Luz (1955), Café Filho (1955) e Fernando Collor (1992) (WESTIN, 2016).

interesses, fizeram uma grande manobra para destituí-lo. Nesse contexto, a Bancada Evangélica participou da abertura do processo de destituição na Câmara dos Deputados e, em um grande show midiático, discursou para todo o Brasil justificando seu voto que, em sua maioria, apoiou o Golpe de 2016.

Assim, me proponho a analisar os discursos dos membros dessa bancada na votação de abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. O evento foi escolhido por ser um marco na história política do país e por oportunizar que a Bancada Evangélica não só se posicionasse, mas também discursasse em consonância com seu posicionamento, gerando, dessa forma, um material discursivo para a análise: nosso objeto.

A lente escolhida para analisarmos nosso objeto foi a Análise Dialógica do Discurso – ADD –, que possui como base os estudos do Círculo de Bakhtin acerca da linguagem, desenvolvidos no início do século XX, na Rússia, e que reverberam até os dias atuais. Um de seus conceitos fundamentais é o de “dialogismo”. Segundo o Círculo, a língua não é neutra, mas atravessada por várias vozes sociais e carregada de ideologias. Logo, quando um deputado discursa, mesmo que brevemente, suas palavras dizem muito mais do que aparentam dizer: outras vozes ecoam de seu discurso. São essas vozes que pretendo trazer de forma mais nítida. É nessas vozes que os interesses da Bancada Evangélica, que representam os interesses da população evangélica, ficam mais evidentes.

A metodologia se deu com a leitura da ata da sessão de 17 de abril de 2016 com os discursos de todos os deputados presentes. Desses, filtramos aqueles que compunham a Bancada Evangélica e verificamos as principais justificativas utilizadas por esses membros, bem como seu posicionamento frente à votação. Assim, foi possível identificar algumas regularidades discursivas nas justificativas, dentre as quais *valores* e *salvação* ficaram em evidência e, portanto, foram analisadas sob a perspectiva dialógica.

Do ponto de vista teórico, os estudos bakhtinianos não apresentam um percurso metodológico para os estudos discursivos, mas a “arquitetônica bakhtiniana fornece elementos que contribuem para um caminho, em outras palavras, horizontes possíveis para se estudar a linguagem e os discursos numa perspectiva dialógica” (ROHLING, 46). Nesse caso, na ADD, não há uma metodologia fechada da qual possamos utilizar nas mais diversas análises, mas, ao observarmos o discurso

cotidiano, podemos, por meio dos muitos conceitos trazidos pelo Círculo, analisá-los em sua organicidade.

Assim será nesta pesquisa. A ADD constitui um parâmetro para a análise que partiu dos discursos dos deputados e, por meio da leitura dos estudos do Círculo, será possível elaborar este estudo. Somado a isso, o próprio analista também é um agente ativo na análise, visto que não é um sujeito neutro e prepondera suas escolhas no processo de pesquisa, que vão desde o tema da pesquisa até o olhar analítico para os dados. Ainda, esta pesquisa conta com algumas vozes que não necessariamente advêm da Academia, mas que compõem um hall de textos que circulam socialmente e são formadores de opinião.

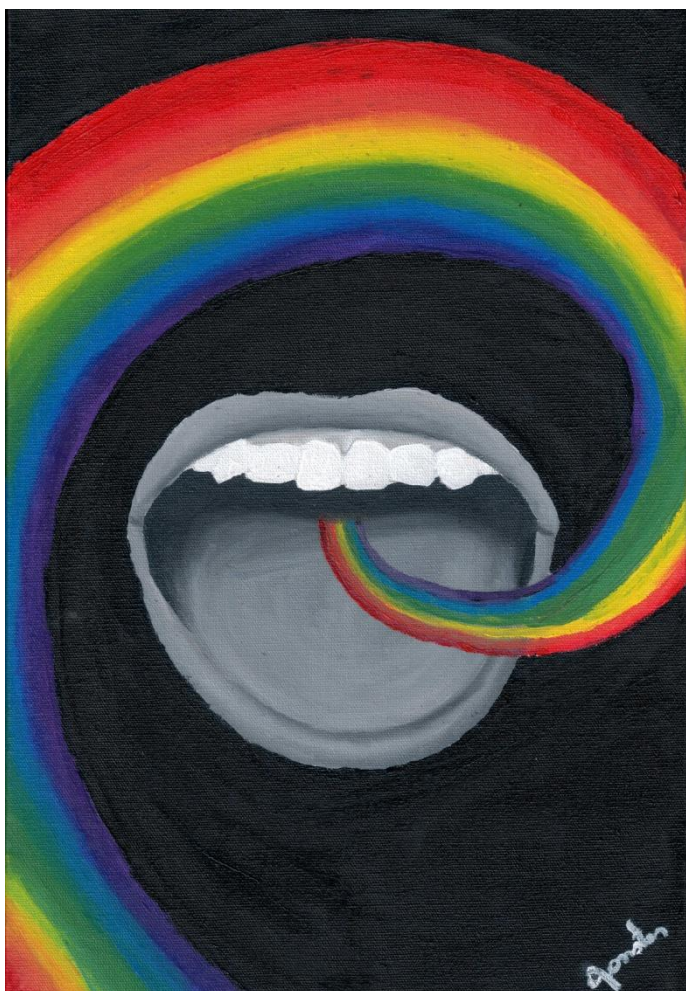
O trabalho está organizado em três capítulos e mais as considerações finais. No primeiro capítulo, apresento os principais conceitos trazidos pelo Círculo de Bakhtin que fundamentam a análise dialógica do discurso. Nele, parto da crítica a duas correntes do pensamento linguístico-filosófico – o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista – que antecederam os estudos do Círculo e que fundamentam sua perspectiva de linguagem. Em seguida, apresento alguns elementos do enunciado, tendo em vista que a análise se dá sobre enunciados, e discorro sobre os conceitos de dialogismo, signo e ideologia na perspectiva bakhtiniana.

No segundo capítulo, abordo a abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, evento no qual os enunciados analisados foram produzidos. Para isso, além de trazer algumas informações acerca do evento em si e um panorama de como ocorreu a votação, me amparo no conceito de cronotopo do Círculo de Bakhtin para situar o contexto sociopolítico em que o evento de deu. Em clima de conflitos, pelo menos duas narrativas antagônicas surgem acerca do momento histórico vivido, dividindo a opinião pública: por um lado a narrativa do fim de um governo corrupto e, por outro, um golpe contra a democracia.

Começo o terceiro e último capítulo com a apresentação da metodologia de análise e uma breve exposição acerca da Frente Parlamentar Evangélica e sua composição em 2016. Adiante, trago um panorama quantitativo da sua atuação e analiso dialógicamente duas categorias que se evidenciaram durante a leitura dos discursos dessa bancada: os *valores* e a *salvação*, com o intuito de captar outras vozes que foram ecoadas nesses enunciados.

CAPÍTULO 1 – O Círculo de Bakhtin e suas Contribuições para os Estudos da Linguagem

Figura 1 – “Linguagem” (Acrílica sobre tela)



Fonte: o autor

A tela acima, intitulada “Linguagem”, foi pintada para a abertura do primeiro capítulo dessa dissertação, tendo como inspiração as leituras realizadas para sua escrita. Essas leituras giram em torno do *Círculo de Bakhtin*, que consiste em um grupo de teóricos russos, tendo como nome de maior destaque Mikhail Bakhtin. A linguagem, nosso objeto e ferramenta de pesquisa, foi um dos temas estudados por esses teóricos, que trouxeram grandes contribuições para esse campo de pesquisa. A linguagem é também o tema da tela de abertura desse capítulo.

Na imagem há três elementos centrais: a boca aberta; o arco-íris e a relação estabelecida entre ambos. A linguagem é representada pelo arco-íris que escoa em redemoinho entre o falante e a sociedade. A linguagem, representada em forma de

arco-íris, está relacionada à ideia de que a língua não é neutra e nem monocromática, mas sim um espectro de cores e vozes que percorrem juntas o universo. A linguagem é dialógica, assim como o arco-íris é multicolorido, pois é carregada das mais diversas vozes entre já-ditos e respostas futuras e palco de conflitos e acordos, como veremos nas próximas páginas ao estudarmos alguns pontos dos estudos do Círculo de Bakhtin.

1.1 O Objetivismo Abstrato, o Subjetivismo Individualista e uma Filosofia Marxista da Linguagem

Em 1929 é lançada, na Rússia, a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, do teórico Valentin Volóchinov. Esse, ao lado de Mikhail Bakhtin e alguns outros teóricos formam o que conhecemos como “Círculo de Bakhtin”, cujas contribuições para os estudos da linguagem são imensuráveis.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o Círculo de Bakhtin nos apresenta uma análise crítica de duas orientações do pensamento filosófico-linguístico distintas – objetivismo abstrato e subjetivismo individualista – e, dialogando com elas, apresenta sua filosofia da linguagem. Nesse momento, observaremos cada uma dessas orientações e como a crítica bakhtiniana instaura uma terceira orientação.

A origem do objetivismo abstrato remonta aos estudos da Filologia, que se ocupava em estudar as línguas mortas por meio de documentos escritos. Volóchinov descreve o filólogo como “decifrador de escritas e palavras, alheias e ‘misteriosas’, e um professor, isto é, um transmissor daquilo que foi decodificado ou herdado pela tradição” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 186-187). O filólogo, portanto, preocupava-se em “decifrar” as palavras estrangeiras ou mortas. Com base na fonética, na gramática e no léxico (VOLÓCHINOV, 2018), ou seja, a partir da estrutura da língua, era possível identificar as formas linguísticas e ensiná-las.

Mas qual o real interesse em decifrar línguas mortas e estrangeiras? Para Bakhtin e o Círculo, a palavra estrangeira estava associada à ideia de poder, força, santidade e verdade (VOLÓCHINOV, 2018). Logo, para os povos conquistadores, fazia-se importante decifrar a língua do dominado para efetivar sua dominação e organização política, uma vez que, havendo compreensão, a dominação era facilitada.

A dominação religiosa também usufruía dos estudos filológicos para atingir maior alcance. “A história não conhece nenhum povo cujas lendas ou escrituras

sagradas ou tradições não tenham sido, em menor ou maior grau, escritas em uma língua alheia e incompreensível pelo profano” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 187). Os sacerdotes, segundo o Círculo, foram os primeiros filólogos, cuja tarefa era “decifrar o mistério das palavras sagradas” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 187) e, de alguma forma, replicá-las. Assim, como sinônimo de poder, as línguas estrangeiras e as colonizações impulsionaram os estudos filológicos, que se voltaram inteiramente ao estudo estrutural das línguas sob a orientação do que o Círculo de Bakhtin chama de objetivismo abstrato. Mas em que consiste esse pensamento filosófico-linguístico?

Dada a sua origem, como já vimos, os representantes do objetivismo abstrato “sublinham – e esse é um dos seus fundamentos basilares – que o sistema da língua é, para *qualquer* consciência individual, um fato objetivo e exterior, independente dessa consciência” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 174). Em outras palavras, a língua é tida como um sistema de normas rígidas e imutáveis que “paira” sobre os indivíduos sendo “exterior” a sua consciência. Assim, os estudos que tomam por base esse viés focam na estrutura das línguas para se chegar às tais normas, sem, em nenhum momento, aproximar a língua de seus falantes. É justamente esse distanciamento entre a língua e os falantes que impera como principal crítica do Círculo ao objetivismo abstrato.

Embora Bakhtin e o Círculo demonstrem compreender o contexto que levou a linguística ao objetivismo abstrato e sua despreocupação com os usos efetivos da língua, eles a criticam justamente por não dar conta da língua viva e em evolução. “O objetivismo abstrato não consegue estabelecer a relação da existência da língua em um corte abstrato sincrônico com a sua formação” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 198). Logo, faz-se necessário outro olhar para a língua que não apenas sua estrutura, mas seu uso social, contextualizado historicamente.

De fato, o objetivo do falante é direcionado a um enunciado concreto pronunciado por ele. Para ele, não se trata da aplicação de uma forma normativa idêntica (por enquanto admitiremos sua existência) em um contexto concreto. O centro de gravidade para ele não se encontra na identidade da forma, mas naquela significação nova e concreta que ela adquire nesse contexto” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 177).

Diferentemente do que propunha o objetivismo abstrato, o Círculo de Bakhtin direciona seu olhar às línguas vivas. Nesse caso, é impossível não nos atermos à língua e sua relação com o locutor, o momento de sua enunciação e as significações novas que decorrem disso. O estudo das línguas mortas e estrangeiras teve seu papel

fundante na linguística, porém, esta não pode restringir-se a ele, visto que a língua é também viva. “Para o falante nativo, a palavra não se posiciona como um vocábulo de dicionário, mas como uma palavra presente nos enunciados mais variados da combinação linguística A,B,C etc.” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 180), ou seja, as palavras não constituem apenas itens dicionarizados para o falante.

Outra relação importante, destacada por Bakhtin e o Círculo, é a do locutor e seu(s) interlocutor(es). Para isso, Volóchinov (2018) traz uma reflexão sobre a diferença entre os processos de compreensão e identificação. Enquanto os representantes do objetivismo abstrato pareciam preocupados com a identificação das formas para a “decifração”, os teóricos do Círculo de Bakhtin voltam-se para a compreensão.

O que está em jogo, em outras palavras, é como definimos as formas linguísticas: como signo ou como sinal. “O sinal é um objeto internamente móvel e unitário que, na verdade, não substitui, reflete ou refrata nada, mas é simplesmente um meio técnico através do qual se aponta para algum objeto [...] ou para alguma ação” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 178). Para o teórico, se as formas linguísticas forem tomadas apenas como sinal, não há nenhum valor linguístico incidido sobre elas. Para que haja valor, faz-se necessário a compreensão/decodificação de signos, ou seja, figuradas em contextos dados. Como não há linguagem desconectada de contexto, logo, não faz sentido, para o Círculo, pensar a língua no âmbito dos sinais.

Tomar as formas linguísticas como sinais e restringir a língua a um sistema de formas faz do objetivismo abstrato apenas uma abstração, pois no plano teórico e prático, serve-se apenas para o deciframento de uma língua morta/estrangeira e seu ensino e não dá conta de compreender e explicar os fatos vivos e em evolução.

A segunda orientação tem como mais importante representante Wilhelm von Humboldt, cujo trabalho é descrito de forma positiva por Volóchinov (2018). Segundo o autor, “a influência do potente pensamento humboldtiano ultrapassa em muito os limites da tendência por nós caracterizada (VOLÓCHINOV, 2018, p. 149), ou seja, o subjetivismo individualista possui como fundamento o núcleo principal das pesquisas humboldtianas, porém Humboldt ultrapassa esses limites e seus estudos influenciam em muito os estudos linguísticos.

Embora o Círculo de Bakhtin reconheça a importância dos estudos humboldtianos, ele tece uma crítica ao seu núcleo de ideias, bem como o fez em relação ao objetivismo abstrato, para alavancar sua orientação enunciativa da

linguagem. Antes, porém, de adentrarmos a perspectiva de linguagem do Círculo, apresentamos o subjetivismo individualista e a crítica bakhtiniana ao seu entorno e, para isso, começaremos por apresentar a teoria da expressão.

O Círculo de Bakhtin define a expressão como “algo que se formou e se definiu de algum modo no psiquismo do indivíduo e é objetivado para fora, para os outros com a ajuda de alguns signos externos” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 202). De outro modo, podemos pensar num conteúdo que é interior, que ocorre na mente e sua objetivação exterior se dá por meio dos recursos comunicativos por nós utilizados.

Dessa forma, a teoria de expressão – centro do subjetivismo individualista – cria uma dualidade entre o que é interior e o que é exterior, e dá destaque ao interior, tendo em vista que a expressão se formaria no interior de cada indivíduo e caminharia em direção ao exterior, pois tudo que é essencial é interior. “Não é por acaso que a teoria do subjetivismo individualista, como todas as teorias da expressão no geral, se originou exclusivamente no terreno idealista e espiritualista” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 203).

É justamente nesse terreno espiritualista que se pensa numa deformação da expressão quando exteriorizada. O conteúdo, desse modo, sofreria uma transformação no processo de exteriorização, já que é obrigado a apropriar-se do material exterior e assim, perderia sua pureza.

Volóchinov, porém, afirma que a teoria da expressão, que serve de fundamento ao subjetivismo individualista é “radicalmente” falsa, visto que, de forma oposta à teoria da expressão, o teórico e seu Círculo acreditavam que o centro organizador da atividade mental é a expressão, ou seja, o percurso se dá de fora para dentro e não o oposto. Logo, a expressão forma-se socialmente e caminha para o psiquismo individual dos falantes, o que desmonta toda a orientação filosófica-linguística do subjetivismo individualista.

Se o objetivismo abstrato falha ao considerar que só o sistema da língua pode dar conta da língua viva; e o subjetivismo individualista falha ao supor que a língua se dá no psiquismo de cada indivíduo; como podemos, então, olhar a língua sem esses equívocos? A resposta está no conceito de enunciação trazido por Bakhtin e o Círculo:

Efetivamente, o enunciado se forma entre dois indivíduos socialmente organizados [...] A *palavra* é orientada para o interlocutor, ou seja, é orientada para *quem* é esse interlocutor: se ele é integrante ou não do mesmo grupo social, se ele se encontra em uma posição superior ou inferior em relação ao interlocutor (em termos hierárquicos), se ele tem laços sociais mais estreitos

com o falante (pai, irmão, marido, etc.) (VOLÓCHINOV, 2018, p. 204-205, grifos do autor).

A interação social, portanto, é fundamental na língua. Somente na interação entre os interlocutores socialmente organizados, ou seja, contextualizados no mundo, no tempo e no espaço, há enunciação. Não pode haver língua desconectada da sociedade e do contexto. Assim, toda enunciação se dá socialmente por meio de indivíduos historicamente situados no mundo e entre si.

Sendo a enunciação resultado da interação social, quando conversamos sozinhos, não há enunciação? Há! Mesmo que nosso interlocutor não seja real, ou que ele seja o próprio locutor, há enunciação, pois, a interação não precisa necessariamente se dar por meio de indivíduos reais. Quando se conversa consigo mesmo, por exemplo, cria-se um espelhamento do eu e a interação torna-se efetiva. Do mesmo modo, quando um indivíduo conversa com alguma divindade que não possui matéria, a interação é válida na medida em que há uma representação psíquica do ser divino.

A substância primordial da língua – a interação social – passou despercebida ao objetivismo abstrato. Ao preocupar-se com as formas linguísticas, a interação entre os indivíduos ficou à margem. Mas o que são as formas linguísticas descontextualizadas? Qual seu valor se não associadas aos seus usos efetivos? Como vimos anteriormente, seriam reduzidas a sinais sem significação alguma. É no contexto que as formas adquirem significação, portanto, tornam-se enunciados. E, por adquirir significação na interação são tomadas de conteúdo vivencial dos interlocutores:

Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal (sic), relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante. *A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana.* É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano (VOLÓCHINOV, 2018, p. 181, grifos do autor).

Do ponto de vista do objetivismo abstrato, as palavras são meros itens de dicionário. Em se tratando de uma perspectiva enunciativa, elas ultrapassam os dicionários e ganham um conteúdo ideológico e vivencial. Toda e qualquer palavra conhecida pelo indivíduo desperta-lhe algo, fruto de sua vivência. E uma mesma palavra desperta significações diferentes em pessoas diferentes. Vejamos a palavra

“vermelho”. Muito além de designar uma cor, ela desperta diferentes efeitos nos indivíduos. Há aqueles que não gostam de vermelho, outros que gostam, uns a remetem ao amor, outros ao comunismo... e inúmeras outras significações.

Reconhecer a existência do conteúdo ideológico só é possível ao se pensar nas interações sociais e em indivíduos que carregam consigo uma história, experiências, dramas, traumas, alegrias, enfim, vida! “*A ruptura da língua e seu conteúdo ideológico* é um dos erros mais graves do objetivismo abstrato” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 183, grifos do autor). Com essa separação, esvai-se toda a vida da língua e dos indivíduos.

Além das palavras possuírem um valor ideológico, o Círculo de Bakhtin aprofunda-se em outro elemento: seu poder de definição dos indivíduos em relação à coletividade, dado que toda palavra possui duas faces, ou seja, ela procede de alguém e se dirige a alguém. Tendo em vista que a língua só se efetiva socialmente, é imprescindível que haja interação entre os indivíduos. A palavra, nesse sentido, é a ponte que liga o locutor e seu interlocutor, ambos contextualizados no mundo. Assim, eu sou quem sou através das palavras que partem de mim em direção aos outros. Logo, os outros me percebem através daquilo que expresso (não apenas verbalmente, embora aqui a expressão verbal seja o foco). As palavras, portanto, na perspectiva enunciativa, são ferramentas preciosas na definição dos sujeitos na sociedade.

Aliada à palavra, a situação social é o que definirá a estrutura da enunciação (VOLÓCHINOV, 2018). Se através da palavra defino-me, é por meio da situação social que enunciarei, a fim de obter o efeito social desejado nessa definição. De outro modo, o contexto é crucial para a estrutura da enunciação. Se há um contexto rebuscado, logo, a enunciação tenderá a sê-la também, caso o efeito desejado seja de pertencimento ao contexto em questão. “A situação social mais próxima e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura da enunciação” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 206).

1.2 O Enunciado e Alguns de seus Elementos

Na perspectiva enunciativa da linguagem, os enunciados tomam uma posição central, pois, segundo Bakhtin (2017), o emprego da língua somente se efetua através de enunciados (escritos e orais), da mesma forma o discurso. Logo, cabe-nos aqui aprofundarmos nesse conceito.

Como já vimos, o elemento central das enunciações é seu caráter social, haja vista que a língua só se efetiva nas relações sociais por meio de indivíduos historicamente situados. Logo, o cerne de um enunciado é também seu caráter social, porque “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2017, p. 265). Porém, há também outros elementos dos enunciados que é importante considerarmos. Destacamos, inicialmente, que todo enunciado é composto por três elementos: conteúdo temático; estilo e construção composicional (BAKHTIN, 2017).

O conteúdo temático de um enunciado está relacionado ao tema sobre o qual se fala/escreve, ou seja, seu objeto. Porém, esse objeto “não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele” (BAKHTIN, 2017, p. 299-300), ou seja, todo enunciado perpassa outros enunciados já ditos sobre o mesmo objeto. Essa característica do tema, que está sempre encadeado em outros enunciados sobre o mesmo tema, chamamos de dialogicidade, será explorada na próxima sessão.

Além do tema, os enunciados são compostos pelo estilo, que pode ser compreendido pela “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2017, p. 261). O Círculo da Bakhtin considera que todo enunciado é individual e, portanto, pode ter um estilo individual. Ou seja, o sujeito do discurso, ao enunciar, fará suas próprias escolhas de como fazê-lo, as palavras escolhidas e o modo como irá construir suas frases. Porém, como veremos adiante, o gênero do discurso será fundamental nessas escolhas. Por ser individual, o enunciado é também irrepetível, uma vez que, embora o enunciado, em sua estrutura, seja o mesmo, as condições de enunciação são sempre únicas.

Para compreendermos melhor o conceito de construção composicional, pensemos num exemplo: um sujeito escreve uma dissertação cujo tema é a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Ao escrever, ele desenvolve seu conteúdo temático que, como vimos está relacionado ao tema da dissertação que evoca outras vozes que já foram ecoadas sobre o mesmo tema. Seu estilo está relacionado às suas escolhas estilísticas durante o desenvolvimento do seu tema. Quando conclui o processo de escrita, o conjunto daquilo que escreveu confere o aspecto composicional, ou seja, ao término de sua escrita, aquilo que se desejava

dizer toma uma forma: essa forma é o que compreendemos por construção composicional.

O conceito de construção composicional se aproxima daquilo que o Círculo de Bakhtin conceitua como gêneros do discurso. “Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2017, p. 262, grifos do autor). São esses “tipos relativamente estáveis de enunciados” que chamamos de “gêneros do discurso”.

Em cada esfera humana, produzimos enunciados diversos. Porém nessas esferas encontramos condições específicas em que podemos aproximar alguns enunciados de outros. Uma dissertação, por exemplo, independente da área, segue um modelo relativamente estável de construção composicional, pois evoca um estilo/tema característico: um caráter científico. Assim, podemos também aproximar outros enunciados que seguem uma construção composicional semelhante entre si, como orações, cartas, manchetes entre outros.

Bakhtin e o Círculo compreendem que cada enunciado é único e pode refletir um estilo individual do falante (ou de quem escreve). Porém, há gêneros em que isso fica mais propício, como na literatura, por exemplo. Já em um ofício, o estilo individual do sujeito fica um tanto à margem, já que o gênero exige uma forma mais padronizada, o que não significa, entretanto, que o tema não explicita a individualidade do sujeito.

Um bom exemplo, como veremos adiante, são as justificativas de voto dos deputados na votação de destituição da ex-presidenta Dilma. O estilo é padronizado: o deputado vota “sim” ou “não” seguido de uma justificativa breve, porém há outros elementos, como a orientação dialógica da língua, as entoações, as valorações... que fazem de cada enunciado único e condizente com a individualidade do deputado votante. As condições específicas, todavia, de uma votação da câmara dos deputados exige uma padronização dos enunciados que ali são produzidos. Assim podemos pensar em um gênero do discurso “justificativa de voto”, no qual os enunciados seguem uma forma “relativamente estável” desse campo.

Outra peculiaridade do enunciado é o que o Círculo de Bakhtin nos apresenta como sua “conclusibilidade”, que está intimamente ligado à alternância de sujeitos do discurso. “Essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) tudo o que quis dizer em dado momento sob dadas condições” (BAKHTIN, 2017, p. 280). Assim, compreendemos que um dos critérios da conclusibilidade é a possibilidade de resposta. Um exemplo trazido pelo Círculo é a pergunta cotidiana

“que horas são?”. Ao ser enunciada, o interlocutor diz tudo que precisava ser dito e abre-se para a resposta permitindo a alternância dos sujeitos do discurso.

Além da possibilidade de resposta, outro critério da conclusibilidade é a “intenção discursiva”, ou seja, a vontade discursiva do falante. Ao enunciar, o sujeito possui uma intenção discursiva daquilo que pretende verbalizar, que irá determinar suas escolhas, o volume e as fronteiras do enunciado. Ao efetivar sua intenção discursiva, verbalizando tudo aquilo que intencionou, seu enunciado é dado como concluído.

Para tanto, voltamos ao conceito de gêneros do discurso, pois para efetivar sua intenção discursiva, o sujeito optará por um tema, um estilo e uma construção composicional específica, condizente com o campo de comunicação e a situação concreta em que o sujeito se encontra, para dar forma à sua intenção discursiva. Se um sujeito intenciona dar seu voto em uma votação na câmara dos deputados, por exemplo, ele certamente não optará por fazê-lo como faria se estivesse em uma conversa informal na mesa de um bar. Seu discurso será moldado no gênero condizente com a situação específica de sua enunciação.

Aliado à conclusibilidade do enunciado, outro elemento que merece destaque é o “expressivo”, isto é, “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto do seu discurso” (BAKHTIN, 2017, p. 289). Isso significa que, para além das escolhas lexicais, de tema e de construção composicional, a forma expressiva como o sujeito fala trará um sentido específico ao enunciado.

Para exemplificar, Bakhtin utiliza-se de duas orações “Ele morreu” e “Que alegria”. Dependendo como o sujeito enuncia essas duas orações, o sentido será abruptamente alterado. Assim como “ele morreu” pode ser enunciado com luto, pode também ser enunciado com alegria, a depender da entonação expressiva utilizada pelo falante. Do mesmo modo “que alegria” pode tanto traduzir júbilo quanto ser entoada com ironia e sarcasmo.

A entonação expressiva, portanto, é primordial nas enunciações e, embora algumas palavras possam parecer carregar por si só “um tom emocional”, – como a palavra “maravilha”, por exemplo – os teóricos do Círculo de Bakhtin apontam que as palavras enquanto itens dicionarizados são neutras e, somente através da enunciação, são construídos os sentidos. “Portanto, a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto” (BAKHTIN, 2017, p. 292).

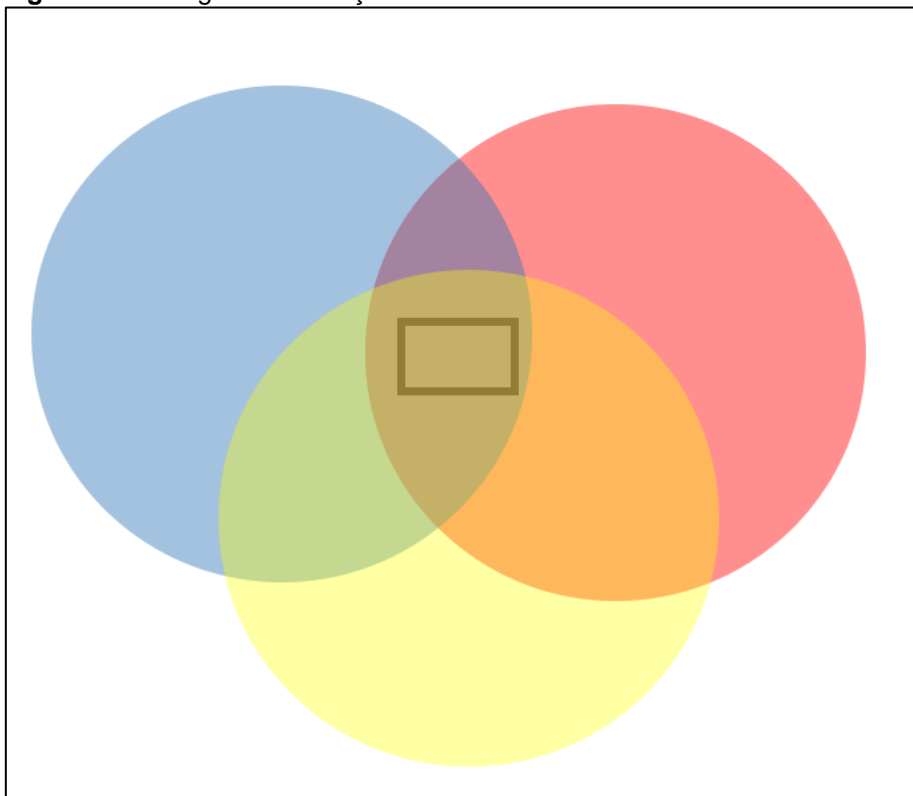
1.3 Orientação Dialógica da Linguagem

Como já vimos, a interação social é, para Bakhtin e seu Círculo, constituinte da língua. Logo, um enunciado deve ser sempre pensado nas relações com o “outro”. Esse “outro” pode ser pensado de duas formas. Primeiramente, presente na interação (interlocutor), tendo em vista que a língua sem interação é uma língua morta. Além do “outro” se constituir na interação, ele é parte integrante do próprio enunciado. Vejamos:

Mas todo existente não se contrapõe da mesma maneira ao seu objeto: entre discurso e o objeto, entre ele e a personalidade do falante interpõe-se um meio flexível, frequentemente difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos ‘alheios’ sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema. E é particularmente no processo da mútua-interação existente com este meio específico que o discurso pode individualizar-se e elaborar-se estilisticamente (BAKHTIN, 1993, p. 86).

O que o Círculo de Bakhtin nos diz é que ao enunciarmos algo, nosso discurso é perpassado por outros discursos, discursos de outrem, que já foram ecoados sobre o mesmo tema, sobre o mesmo objeto. Para exemplificarmos, pensemos em um objeto qualquer: um pato amarelo. Ao falarmos de um pato amarelo, outras vozes serão entoadas sobre ele. Certamente não seremos os primeiros a falar sobre o tal pato. Em nosso discurso, todos os outros discursos sobre o pato serão também revividos. Opiniões sobre a aparência do pato, sobre gostar ou não de pato, sobre ser amarelo ou azul, sobre ser um símbolo das manifestações em favor do golpe de 2016 ou sobre ser um animal que vive no sítio. Ao discursar sobre o pato, minha fala buscará em outras falas já existentes elementos para constituí-la.

Essas vozes presentes em todo discurso é o que Bakhtin chama de dialogicidade interna. Assim, todo objeto “está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações’ (BAKHTIN, 1993, p. 86). E se os objetos assim o estão, nosso discurso também o estará, visto que ele também é perpassado por essas vozes, se relacionando de forma complexa com elas, se aproximando de algumas e se distanciando de outras. A figura abaixo nos ajudará a compreender melhor esse conceito:

Figura 2 – Dialogismo e refração do discurso-raio

Fonte: o autor

Atenham-se ao retângulo no centro da imagem. Ele é nosso objeto, assim como foi o pato amarelo. Inicialmente, ele era incolor. Não havia nada incidindo sobre ele. Era puro. Então surge a esfera azul e, ao observarmos, ele já não é mais o mesmo. Em seguida, incide sobre ele outras cores (vermelho e amarelo) e agora ele já não é mais incolor, nem azul, nem amarelo e tampouco vermelho. Há várias cores que refratam em sua estrutura de tal modo que já não é possível percebê-lo em sua cor “natural”.

Assim também podemos pensar a linguagem. Há um caminho do discurso para o objeto em forma de raio. O “discurso-raio”. Antes, porém, de atingi-lo, esse raio encontra as esferas coloridas que são os discursos de outrem e já não segue assertivo em direção ao objeto. O raio é refratado por essas camadas de vozes que estão sobre os objetos. São opiniões, crenças, valores que já foram ali colocados, impedindo o raio de encontrar esse objeto neutro e intacto. “A atmosfera social do discurso que envolve o objeto faz brilhar as facetas de sua imagem” (BAKHTIN, 1993, p. 87).

Pensar nesse objeto quadrado “puro”, entretanto, é meramente ilustrativo. “A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo” (BAKHTIN, 1993, p. 88). Logo, nesse

caminho até o objeto, todo discurso se encontra com outros discursos. Bakhtin utiliza a mitologia cristã para reiterar sua afirmação ao evocar o “Adão mítico”.

Sendo Adão o primeiro homem do mundo e que traz consigo a primeira palavra, essa palavra seria também pura e virgem. Todavia, “para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível” (BAKHTIN, 1993, p. 88). Assim, as primeiras palavras desse ser mitológico não eram perpassadas por outras vozes, porém tudo que dali foi enunciado já começa a fazer parte de uma cadeia de enunciados.

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto (BAKHTIN, 1993, p. 86).

A dialogicidade interna do discurso, como vimos, aponta para as muitas vozes que compõem aquilo que enunciamos. Isso se dá porque pensamos na língua viva e em uso. Sendo viva, ela reflete o momento histórico e social de sua enunciação, e também traz consigo as marcas de outros momentos históricos que se fazem presentes nas refrações do discurso.

Se assim o pensamos, todo enunciado, por ser dialógico, faz parte de uma cadeia de enunciados, pois nunca estará isolado dos enunciados que o antecedem. Como vimos, internamente, toda enunciação é um prolongamento de enunciados anteriores. À vista disso, pensar a língua de forma dialógica é também percebê-la como uma grande corrente. Cada enunciação, portanto, é um elo dessa corrente que se estende historicamente.

“Mas a dialogicidade interna do discurso não se esgota nisso”, afirma Bakhtin (1993, p. 89). Para além das vozes que ecoam internamente nos discursos, há o que o teórico chama de “resposta antecipada”. Se pensamos a dialogicidade interna como os elos anteriores da corrente, podemos pensar a “resposta antecipada” como uma preparação da corrente para os próximos elos.

Ao refletirmos sobre a língua sob a ótica do Círculo de Bakhtin, constatamos que a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados. Mesmo que não haja um interlocutor real, ele sempre estará lá, podendo ser o reflexo do próprio “eu”. Se a enunciação se dá na interação, logo, se faz importante que haja uma compreensão ativa nessa interação. A compreensão, por

sua vez, tem como princípio ativo a resposta: “Ela cria o terreno favorável à compreensão de maneira dinâmica e interessada. A compreensão amadurece apenas na resposta” (BAKHTIN, 1993, p. 90). Se é na resposta que a compreensão se faz efetiva – e sendo a compreensão fundamental para que haja interação, portanto para que haja enunciação – o Círculo de Bakhtin não poderia deixar de dar importância à “resposta”, como veremos no trecho abaixo:

O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do “já dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo (BAKHTIN, 1993, p. 89).

Todo discurso é determinado por sua possível resposta, haja vista que ao enunciarmos, criamos um terreno para as respostas ao nosso discurso. “O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte” (BAKHTIN, 1993, p. 91), ou seja, todo enunciado abre caminho para uma resposta.

É com base na “resposta antecipada” que se faz importante um olhar atento ao interlocutor em qualquer discurso. Talvez um dos exemplos mais nítidos para refletirmos sobre esse aspecto dialógico da linguagem seja em discursos de políticos em véspera de eleição. Se o candidato tem interesse em eleger-se, seu discurso terá por objetivo agradar seus eleitores. Logo, o candidato terá que “orientar seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando em relação dialógica com os aspectos desse âmbito” (BAKHTIN, 1993, p. 91).

Cabe ao ouvinte, por sua vez, compreender o discurso e assumir sua posição ativa na interação, criando seus próprios elos na corrente. Concordando, discordando, completando...

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. (BAKHTIN, 2017, p. 271).

Portanto, a língua é dialógica em dois quesitos principais: a) sua dialogicidade interna, que aponta para as vozes de outrem que são ecoadas em nossas enunciações; e b) sua orientação para a resposta antecipada que, levando em conta as interações sociais, molda nosso discurso tendo em vista a resposta de outrem. Ambas trazem consigo a relação com o “outro”, visto que, sem interação, não há língua. E embora cada uma delas tenha uma essência diferente, elas podem “se entrelaçar muito estreitamente, tornando-se quase indistinguíveis entre si para a análise estilística” (BAKHTIN, 1993, p. 91).

Ao lermos sobre a perspectiva enunciativa da linguagem trazida por Bakhtin e nos debruçarmos sobre seu caráter dialógico, podemos cometer o erro de pensarmos que nosso discurso é apenas um reflexo dos discursos que nos antecedem e, portanto, não há originalidade nas enunciações. Todavia:

O enunciado nunca é apenas um reflexo, uma expressão de algo já existente fora dele, dado e acabado. Ele sempre cria algo que não existia antes dele, absolutamente novo e singular, e que ainda por cima tem relação com o valor (com a verdade, com a bondade, com a beleza, etc). Contudo, alguma coisa é criada a partir de algo dado (a linguagem, o fenômeno observado da realidade, um sentimento vivenciado, o próprio sujeito faltante, o acabado em sua visão de mundo, etc.). Todo o dado se transforma em criado. Análise do mais simples diálogo cotidiano (‘Que horas são?’ – ‘Sete horas’). A questão mais complexa da pergunta. É necessário olhar para o relógio. A resposta pode ser verdadeira ou não, pode ter significado, etc. A que horas, a mesma pergunta feita no espaço cósmico, etc. (BAKHTIN, 2017, p. 326).

Tudo que enunciamos, devido ao caráter dialógico da linguagem, vem de algo já dado. As noções gerais de cada discurso estão postas, porque é impossível não sermos atravessados pelos discursos alheios. Entretanto, como afirma o teórico russo “todo o dado se transforma em criado” (BAKHTIN, 2017, p. 326).

Cada um de nós, ao enunciarmos, tocamos em alguns fios dialógicos dados. Mas a forma como teceremos esses fios é sempre única e individual. Eu e você podemos ter acesso às mesmas refrações de determinado objeto, porém, em cada uma de nossas enunciações, partiremos de algo dado e construiremos algo novo, podendo concordar, discordar, gostar ou não. E como cada ser humano é único, a vida é fluida e o tempo passa a cada segundo, meu discurso se transforma constantemente, pois a cada enunciação, diferentes fios discursivos serão tocados e novas enunciações construídas.

“A língua enquanto meio vivo e concreto onde vive a consciência do artista da palavra, nunca é única” (BAKHTIN, 1993, p. 96). Toda vez que é enunciada, a língua

cria e recria sentidos, já que sempre será perpassada por diferentes combinações de vozes. Assim, uma enunciação nunca poderá ser idêntica a outra, tendo em vista que toda vez que é enunciada, em determinados momentos sociais e históricos, a língua toca os milhares de fios dialógicos existentes. Nunca os mesmos, porque a vida gira em torno da inconstância. Cada momento é único, portanto, cada enunciação também é única.

1.4 Signo e Ideologia na Perspectiva Enunciativa do Círculo

Após nos determos na explicação sobre a concepção enunciativa de linguagem trazida pelo Círculo de Bakhtin, bem como no conceito de dialogismo abordado no tópico anterior, vamos conceituar, para fins metodológicos, o que o Círculo entende por “ideologia” e “signo”.

Ao criticar o objetivismo abstrato, Bakhtin e o Círculo refletem sobre as formas linguísticas e nos dão elementos para refletirmos sobre seu conceito de ideologia. Para o Círculo as palavras não são apenas itens dicionarizados, mas estão sempre carregadas de um conteúdo ideológico ou “vivencial”. São essas vivências que criam em nós valores em relação à vida. Se gostamos de algo, desgostamos ou tratamos com indiferença. Por estarmos inseridos socialmente e em contato direto com o mundo, lançamos sobre ele o crivo de nossas percepções.

Essas vivências, percepções e valores em relação a tudo que nos cerca compõem, para o Círculo, a “ideologia”. A língua, por sua vez, “não pode ser separada do seu conteúdo ideológico ou cotidiano” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 181), haja vista que a língua só se efetiva nas interações. Se há interação, há pessoas envolvidas. Em havendo pessoas, há vida e, portanto, impossível não haver ideologia.

Como resultado do trabalho de todas estas forças estratificadoras, a língua não conserva mais formas e palavras neutras “que não pertencem a ninguém”; ela torna-se como que *esparsa, penetrada de intenções, totalmente acentuada*. Para a consciência que vive nela, a língua não é um sistema abstrato de formas normativas, porém uma *opinião plurilíngue concreta sobre o mundo*. Todas as palavras *evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora*. Cada palavra evoca um contexto ou contextos nos quais ela *viveu sua vida socialmente tensa*; todas as palavras são *povoadas de intenções* (BAKHTIN, 1993, p. 100, grifos nossos).

Nesse trecho, ao reiterar o caráter dialógico da língua, Bakhtin traz várias expressões (em itálico) que remetem à ideologia. Tendo seu conteúdo ideológico, a língua é “penetrada de intenções”, “totalmente acentuada”, traz consigo uma “opinião concreta” sobre o mundo, “evoca uma tendência...” ou seja, não é neutra, mas carregada de tonalidades valorativas, ou seja, de ideologias.

Aqui, podemos voltar à figura 1, da tela “Linguagem” pintada para esse capítulo. A língua, representada pelo arco-íris, não é monocromática, mas sim carregada das mais diversas cores. A depender do indivíduo que enuncia, diferentes combinações de cores podem ser acentuadas, a depender do valor estabelecido entre o sujeito, linguagem e objeto. Além disso, o contexto histórico social em que a enunciação ocorre também irá interferir nessa enunciação, pois somos indivíduos historicamente situados e a nossa enunciação ocorre sob um horizonte apreciativo da sociedade. Falar sobre aborto no século XXI, por exemplo, é diferente de falar sobre esse tema no século passado. Novamente, o comportamento da combinação de cores do arco-íris língua é determinado pela ideologia, ou seja, pelas diferentes valorações e acentuações dos sujeitos envolvidos e pelo horizonte apreciativo.

Compreendermos essa visão “mais ampla” de ideologia faz-se fundamental para o segundo conceito sobre o qual aqui pretendemos refletir: o de signo, tendo em vista que “tudo que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo (VOLÓCHINOV, 2018, p. 91, grifos do autor). Mas o que entendemos por signo então?

Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Volóchinov debruça-se para conceituar os signos e seu caráter ideológico. Para tanto, ele volta-se para os corpos físicos presentes no mundo. Em um primeiro momento, um corpo físico vale apenas por si próprio. Ele volta-se para sua natureza. Uma pedra, por exemplo, é apenas uma pedra e não significa nada além de si mesma.

Todavia, todo corpo físico pode também ser tomado como símbolo convertendo-se em signo, “o qual, sem deixar de ser parte da realidade material, esse objeto, em certa medida, passa a refratar e refletir outra realidade (VOLÓCHINOV, 2018, p. 92).

Para exemplificar, Volóchinov cita a foice e o martelo. Inicialmente, eram apenas instrumentos a serviço do homem: objetos criados com uma finalidade de auxílio no trabalho. A União Soviética, porém, toma-os como emblema e, a partir de então, esses objetos físicos passam, além da sua função inicial, a representar uma

concepção de sociedade e de luta. Os objetos físicos são preenchidos de ideologia e tornam-se então um signo, adquirindo um sentido que ultrapassa suas próprias particularidades e reflete uma outra realidade, “sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 93).

Além dos corpos físicos – que, como vimos, podem ser transformados em signos – “a palavra é o fenômeno ideológico par excellence²” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 98, grifos do autor). Isso porque as palavras surgem das interações sociais e ali são depositadas várias camadas ideológicas e fios dialógicos.

A realidade da palavra é sempre resultante do consenso entre indivíduos. A palavra *pedra*, por exemplo, precisa remeter ao objeto pedra do mundo físico. Para isso, faz-se necessário um consenso entre os falantes. Porém, cada indivíduo, quando ouvir a palavra *pedra*, trará consigo suas próprias percepções e experiências antes de chegar ao objeto pedra, logo, as palavras são também signos.

O Círculo de Bakhtin ressalta, entretanto, que a palavra não pode suplantar qualquer outro signo. Como exemplo, ele cita a dificuldade de exprimir em palavras uma composição musical. “No entanto, todos esses signos ideológicos que não podem ser substituídos pela palavra ao mesmo tempo apoiam-se nela e não são por ela acompanhados (VOLÓCHINOV, 2018, p. 101).

Portanto, para avançarmos para o próximo capítulo, faz-se fundamental que compreendamos: a) que a língua precisa ser pensada, segundo o Círculo de Bakhtin, pelo viés da interação social; b) que os discursos se dão na sociedade por meio de enunciados e esses são sempre únicos e irrepetíveis, embora se agrupem em gêneros do discurso; c) que os enunciados são dialógicos, pois são elos de uma grande cadeia discursiva que tocam discursos anteriores e posteriores a eles e d) que a ideologia permeia todo e qualquer discurso, uma vez que a língua não é neutra, mas perpassada por valores, crenças, pensamentos, gostos e etc.

² Por excelência (VOLÓCHINOV, 2018, tradução nossa)

CAPÍTULO 2 - A Abertura do Processo de Destituição da Ex-Presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados

Figura 3 – Manifestantes divididos entre apoiadores e contrários ao golpe de 2016 em frente ao Congresso Nacional



Fonte: Documentário Democracia em Vertigem (DEMOCRACIA, 2019)

Iniciamos esse capítulo com uma imagem do documentário “Democracia em Vertigem”, dirigido pela Cineasta Petra Costa e indicado ao Oscar de 2020. Ao fundo da imagem, temos o Congresso Federal, no coração de Brasília, e, à sua frente, dois grupos distintos de manifestantes separados por uma longa faixa de grama demarcada por estruturas de metal. À direita, pessoas vestidas em verde e amarelo e, à esquerda, o outro grupo em vermelho.

Essa imagem ilustra muito bem o contexto histórico e social em que se deu a abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 2016. Um evento que foi marcado pela polarização popular entre apoiadores do governo (esquerda) e um grupo que tentava a todo custo derrubá-lo (direita). É nesse contexto de polarização política e muitos conflitos que se desenha o que, ao longo do texto, chamamos de Golpe de 2016.

Antes de verificarmos como a Bancada Evangélica se posicionou nesse evento e buscarmos alguns fios dialógicos presentes em seus discursos, aqui apresentaremos o dia da votação e seu cronotopo. Esse conceito é apresentado pelo Círculo de Bakhtin para definir a figura do tempo e espaço na narrativa, ou seja, como

o contexto espacial e temporal, juntos, influenciam os discursos produzidos e são fundamentais para analisá-los.

Esse caminho se faz necessário, pois é no interior desse evento que observamos os discursos dos deputados, ou seja, nosso objeto de análise. Uma contextualização do momento em que eles foram produzidos é imprescindível para avançarmos nessa análise, pois, como veremos, esse cronotopo de polarização de narrativas perpassa todos os discursos ali produzidos.

2.1 Cronotopo do Golpe de 2016

Começamos esta sessão por apresentar o conceito de *cronotopo* trazido pelo Círculo de Bakhtin. “Chamaremos de cronotopo (que significa ‘tempo-espaço’) a interligação essencial das relações de espaço e tempo como foram artisticamente assimiladas na literatura” (BAKHTIN, 2018, p. 11), ou seja, para o Círculo, tempo e espaço estão interligados e deles emerge uma relação com o mundo e tudo que o cerca.

Nos escritos do Círculo de Bakhtin, esse conceito surge – emprestado das ciências matemáticas – como categoria de conteúdo/forma da literatura. Assim o cronotopo foi usado como ferramenta de análise de textos literários, como o romance grego, de cavalaria, biografias entre outros, optando por não comentar o conceito em outros campos da cultura (BAKHTIN, 2018). Segundo o Círculo, no cronotopo artístico literário:

[...] ocorre a fusão dos indícios do espaço e do tempo num todo apreendido e concreto. Aqui o tempo se adensa e ganha corporeidade, torna-se artisticamente visível; o espaço se intensifica, incorpora-se ao movimento do tempo, do enredo e da história. Os sinais do tempo se revelam no espaço e o espaço é apreendido e medido pelo tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico (BAKHTIN, 2018, p. 12)

Tempo e espaço fundem-se no cronotopo. O tempo, aliado ao espaço, ganha corpo e, segundo o Círculo, torna-se visível. Logo, nessa relação fluida entre tempo e espaço, revela uma imagem, faz-se concreto e atuante. Daí a importância do estudo do cronotopo em qualquer narrativa, seja na literatura ou no cotidiano, pois é um elemento atuante no enredo e influenciador do próprio homem: “como categoria de conteúdo determina (em grande medida) também a imagem do homem na literatura” (BAKHTIN, 2018, p. 12).

Nesse sentido, na literatura ou no cotidiano, atua como centro basilar do enredo, pois nele são atados e desatados os nós da história. Todo discurso é atravessado por um cronotopo e não passa ileso por isso, ao contrário, incorpora em si marcas temporais e espaciais do cronotopo em que a enunciação ocorre. Um acontecimento em si não dá conta de fornecer uma imagem, mas seu cronotopo proporciona esse terreno pictórico-sensorial. É justamente esse terreno pictórico-sensorial que pretendemos apresentar brevemente aqui.

A abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff se deu em um cenário de muitos conflitos políticos e ideológicos e uma intensa polarização popular em relação ao tema. Nesse contexto, surgem várias narrativas acerca da votação na Câmara e a legalidade do ato em si, a destacar pelo menos duas antagônicas, que denominaremos de a) fim de um governo corrupto e b) Golpe de 2016.

Faz-se importante destacar que essas narrativas ajudam a ilustrar o cronotopo de elevada polarização político-ideológica instaurada no país antes, durante e depois da abertura do processo de destituição. A constituição dessas narrativas não possui um caráter científico, mas pautadas em notícias, documentários, livros de grande circulação etc. que as fizeram reverberar no imaginário popular e dicotomizar a opinião pública sobre a história recente do país. Não é possível trazê-las como verdades absolutas, mas sim como percepções distintas dos fatos que cercaram os sujeitos que vivenciaram esse momento histórico.

Destacamos também que as narrativas apresentadas a seguir são pequenos recortes de uma realidade, cuja complexidade é tamanha que poderíamos nos alongar por páginas e páginas e talvez não dar conta da minuciosidade dos fatos que contribuíram para o evento da destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. O objetivo ao apresentar essas narrativas sintetizadas é proporcionar ao leitor a imagem do cronotopo de conflitos, sem nos atermos aos seus detalhes e nuances. Iniciamos pela narrativa A, do fim de um governo corrupto.

Em dois de dezembro de 2015, o Presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha (MDB), acatou o pedido de denúncia elaborado pelos juristas Janaina Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. para o impeachment de Dilma Rousseff. Na denúncia, a Presidenta, ao autorizar despesas extras, havia desrespeitado a lei orçamentária, pois o gasto seria incompatível com a meta fiscal estabelecida pelo governo e acordada com o Congresso (VEIGA; DUTT-ROSS; MARTINS, 2019).

Essa prática, conhecida como “pedaladas fiscais”, foi o argumento legal que deu início ao processo de destituição da então presidenta Dilma Rousseff. A defesa do governo, por sua vez, alegou que não se tratava de um crime de responsabilidade e que essa prática sempre foi utilizada, sem questionamento, por governos anteriores.

O ponto chave do processo, entretanto, perpassa outros pontos importantes, a considerar a queda da popularidade de Dilma frente aos escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato. “Nomes do PT e de integrantes do governo Dilma foram acusados de estarem envolvidos com esquema de propinas. A operação recebeu grande cobertura midiática e as passeatas nas ruas se avolumaram” (VEIGA; DUTT-ROSS; MARTINS, 2019, p. 04). Com as acusações de corrupção ligadas ao PT, a popularidade do governo baixava entre a população e também no Congresso. E no dia em que o PT declarou apoio ao pedido de cassação do então presidente da Câmara Eduardo Cunha, ele acatou a denúncia de crime de responsabilidade fiscal da chefe do Executivo.

Nessa narrativa é importante destacarmos que, apesar do processo legal de destituição de Dilma ter sido o crime de “pedaladas fiscais”, a razão pela qual o pedido foi acatado no Congresso foi a crescente impopularidade de Dilma e do PT frente aos escândalos de corrupção envolvendo o partido e noticiado quase que de forma religiosa na grande mídia. Nesse cenário de conflitos, uma parte da população via na saída de Dilma uma forma de “livrar” o país da corrupção.

Por outro lado, entretanto, havia outro grupo que repetia reiteradamente que a destituição da então presidenta tratava-se de um golpe à democracia. A narrativa de um golpe foi multifacetada, bem como as contrárias ao golpe, pois o evento foi complexo e permitiu inúmeras narrativas sobre os fatos que culminaram na destituição. Aqui, vamos trazer uma narrativa do sociólogo Jessé Souza (2016) e da cineasta e antropóloga Petra Costa (2019). Para explicar o golpe de 2016, Souza (2016) nos faz olhar para a história do Brasil e sua formação.

Segundo Souza (2016), o que moldou o Brasil – cujos traços são ainda muito marcantes – foi a escravidão. Dentro da lógica escravocrata, na qual os escravizados eram tidos como sub-humanos e usados para o enriquecimento de alguns, esses alguns tornaram-se os detentores do poder na época. A economia, a política, a justiça e, sobretudo, o dinheiro, estavam nas mãos dos grandes senhores. Souza (2016) chama-os de “elite do dinheiro”. Essa elite bilionária, embora tenhamos hoje um cenário diferente, permanece como detentora do poder do país. De acordo com Souza

(2016), nas sociedades capitalistas modernas, quem manda é sempre a elite do dinheiro, tendo em vista que ela pode comprar todas as outras elites e subordiná-las.

No período colonial, os grandes senhores expunham sua condição de dominadores e, utilizando-se da força, obrigavam os escravos a servi-los. Atualmente, para haver uma dominação efetiva, um grupo precisa também “colonizar o espírito” de seus dominados. Assim, a elite do dinheiro, para manter-se no poder, além de utilizar-se da força – a repressão policial ainda é uma realidade no país –, tão atuante no período escravocrata, utiliza-se também de diversos mecanismos de controle para que aceitemos a sociedade da desigualdade: a mídia certamente é um deles.

Souza (2016) evidencia que a elite do dinheiro – que representa menos de 1% da população – amparada por todos os meios que ela pode comprar, sempre leva em conta seus interesses em detrimento dos interesses da grande fatia da população do país. Para tanto, ela apoia golpes e democracias (golpe de 64 – Diretas Já) sempre de acordo com aquilo que lhe é lucrativo. Tão grande é sua orquestração que sequer é mencionada na mídia e somos levados a crer que aquilo que ela quer é também o que queremos. A elite do dinheiro queria romper com o governo do PT e nosso espírito estava sendo colonizado pela mídia desde antes para que em 2016 o grande golpe fosse dado.

Em 2013 uma série de manifestações foram organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas, sobretudo na capital paulista. Souza (2016) acompanha o modo como o Jornal Nacional, da Rede Globo, repercutiu toda a trajetória do que ficou conhecido como “jornadas de junho”.

No início das manifestações, no dia 10 de junho de 2013, o JN faz sua primeira menção às manifestações, enfatizando o “tumulto” causado pelos jovens. Nos dias que se seguiram, novas menções foram realizadas, sempre com uma carga depreciativa. Porém, no dia 13 de junho, o JN faz menção à PEC 37³ como uma “demanda das ruas”.

No dia 17 de junho, no entanto, há uma alteração no panorama das manifestações pelo JN. Movimentos contra o governo federal já haviam se mobilizado

³ “A PEC limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, como aliás, acontece na maioria dos Estados democráticos. Isso contrariava o desejo dos integrantes do Ministério Público, que também queriam investigar e acusar, o que por sua vez contrariava a divisão de trabalho típica do judiciário. A ideia aqui é que haja controles recíprocos e nenhum órgão possa monopolizar todas as ações e momentos processuais. O ‘agrado’ do JN ao MP já lançava as primeiras bases da atuação em conluio” (SOUZA, 2016, p. 90).

em grandes campanhas para levar o povo às ruas. O Jornal Nacional então define as manifestações como pacíficas, tendo como símbolo a bandeira do país. Os protestos passam a ser então uma “expressão da democracia”. As pautas transmitidas pela mídia já não são de cunho municipal (tarifa do transporte público), porém de cunho federal (gastos com a Copa do Mundo, contra a corrupção, PEC 37...).

Durante as manifestações, empoderada pela mídia, levanta-se a classe média conservadora do país, que sai às ruas de verde e amarelo, com a camisa da seleção e portando a bandeira nacional em prol na nação. Nessas condições, segundo Souza (2016), lutar pela nação era lutar contra o atual governo. A mídia nomeou essa classe de revolucionária, enquanto aqueles de vermelho eram os vândalos. Começava a divisão do país. Ao término das manifestações, o JN anuncia uma queda de 35 pontos nas pesquisas de popularidade da então presidenta Dilma Rousseff, que tentaria sua reeleição em 2014.

A classe média, como vimos, foi fundamental nas jornadas de junho e também ao golpe de abril de 2016. É a classe que saiu inúmeras vezes às ruas com cartazes de “Fora Dilma”, “Intervenção militar” e outras expressões em prol da deslegitimação do governo Dilma. Sempre moralizada pela mídia, a classe média conservadora se viu legitimada como uma “classe revolucionária” e autoconfiante para exprimir sem medo seu descontentamento com o populismo do governo petista.

Essa classe, de acordo com Souza (2016), em sua maioria, criou um desprezo em relação aos pobres, “a quem culpam pela própria pobreza – afinal, a culpabilização da vítima permite que não se procure os responsáveis pelo esquecimento secular e pela humilhação diária” (SOUZA, 2016, p. 97). Em outras palavras, a acelerada ascensão das classes baixas e sua ocupação dos vários espaços que até então eram “exclusivos” da classe média (universidades, aeroportos...) geram um desconforto na parcela conservadora da classe média, levando-a a lutar contra o populismo e, portanto, contra o governo PT por uma “nova política”.

Essa narrativa é muito bem ilustrada no documentário de 2019 “Democracia em Vertigem”, da diretora Petra Costa. No documentário as Jornadas de Junho são tidas como um abalo sísmico no país que dividiu o país em dois lados: aqueles que defendiam a democracia e a permanência do PT no poder e, de outro lado, uma parcela da população que ansiava por mudanças no país e a saída do PT, sobretudo essa classe média conservadora, como bem ilustrado na abertura desse capítulo. Petra Costa (DEMOCRACIA, 2019), porém, traz um fato importante que explica a

razão pela qual a elite do dinheiro se descontenta com o Partido dos Trabalhadores e orquestra o golpe. Para tanto, ela retoma o surgimento do partido e suas manobras para chegar à presidência.

Em 1989, Lula é o candidato à presidência pelo PT e faz uma campanha de combate às elites do dinheiro, dando-lhes a responsabilidade pela alta inflação. Lula toma uma postura de combate ao velho modelo de política que estava instaurado no país. Modelo que, como já vimos, baseia-se na lógica escravocrata. Ele perde! Nos anos de 1994 e 1998, Lula volta a concorrer à presidência com esse mesmo discurso e não obtém êxito em sua campanha. Porém, em 2002, o candidato petista muda sua postura combativa para uma postura de conciliação: defende os pobres e também os grandes empresários e é eleito presidente (DEMOCRACIA, 2019).

Petra Costa ilustra em sua narrativa que, para o PT chegar ao poder, teve que conciliar seus interesses aos interesses da elite do dinheiro. E para poder legislar num congresso que não o apoiava, Lula teve que fazer uma aliança com o MDB. Ao ser questionado sobre a aliança, Lula respondeu “Se Jesus viesse para o Brasil, teria que fazer aliança até com Judas” (DEMOCRACIA, 2019).

Pouco antes das Jornadas de Junho de 2013, porém, Dilma, sucessora de Lula, aproveitou de sua alta popularidade para arriscar aquilo que Lula não havia feito: reduzir a política conciliatória com o MDB e com a elite do dinheiro, retirando cargos importantes do MDB do governo e forçando os bancos a reduzirem as taxas de juros (DEMOCRACIA, 2019). Essas medidas foram cruciais para que a elite do dinheiro cortasse laços com o governo petista e promovesse seu declínio.

Nas eleições de 2014, entretanto, de forma acirrada o PT vence nas urnas as eleições presidenciais e Dilma inicia seu segundo e último mandato. Nesse momento, a elite do dinheiro utiliza todas as suas ferramentas para dar um ponto final ao mandato petista, bem como o fez em vários outros momentos da história. Como bem apontado por Löwy (2016), a democracia, quando não atende aos interesses da elite do dinheiro, torna-se “um grande peso para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro. A democracia atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista” (LÖWY, 2016, 55)

Gomes (2016) relembra-nos que, no pós-guerra, somente três presidentes democraticamente eleitos (Jucelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva) conseguiram terminar seus mandatos. Isso nos deixa claro que a elite do dinheiro e todas as outras elites comandadas por ela não estão preocupadas

com a democracia brasileira, e sim, com seus próprios interesses. No Brasil, a regra é o golpe e o autoritarismo (GOMES, 2016). Derrubar um presidente eleito democraticamente é, e tem sido há tempos, um golpe à democracia.

No caso de Dilma, uma grande novelização foi feita por parte da mídia criando um abismo entre o executivo e a população. Com a população atordoada e o poder judiciário sem neutralidade, o legislativo – em um consenso entre o presidente da Câmara Eduardo Cunha, o vice-presidente Michel Temer e o PSDB (que havia perdido nas urnas) e outros partidos – aceita um processo de impeachment de Dilma Rousseff.

O que Ciro Gomes (2016), entre outros autores, alerta, no entanto, é que não houve nenhum crime de responsabilidade fiscal cometido pela presidenta que justificasse um impedimento de seu governo, uma vez que as pedaladas fiscais, motivo pelo qual abriu-se o processo, não estão previstas na Constituição como passíveis de crime de responsabilidade. E adverte: “governo ruim passa ligeiro, mas romper com a democracia significa colocar em risco nosso país por muitos anos à frente” (GOMES, 2016, 36).

Destacamos aqui que essa síntese de uma narrativa trazida por Jesse Souza e Petra Costa – que também sintetizam os fatos em questão – não dá conta de explicitar a constituição de um golpe. Compreendemos que a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff se deu de forma molecular e por meio de pequenos eventos que constituíram um evento maior: a destituição. Os autores dessa narrativa trazem uma visão geral dos fatos que não dá conta da complexidade do evento em questão, pois um golpe se dá nas nuances dos pequenos eventos, difíceis de se captar, muito menos de sintetizar aqui. Nosso objetivo é apenas pincelar algumas narrativas para evidenciarmos as diferentes percepções dos fatos e os conflitos que disso surgiram.

Através dessas narrativas, podemos perceber que o que marca o dia da abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff é o conflito, como observamos na imagem do documentário de Petra Costa que inicia o capítulo. Esse cronotopo de conflitos políticos e ideológicos transpassa as fronteiras espaciais e temporais e se concretiza também nos discursos que ali são produzidos. Todo deputado, ao votar com um “sim” ou “não”, marcava também sua posição nesse cenário conflituoso e era acompanhado de palmas e vaias dos colegas deputados que se faziam presentes.

Especialmente, a votação se deu no Congresso, no coração de Brasília, uma cidade que, segundo Petra Costa, é utópica e carrega o sonho da democracia.

Segundo a cineasta, Brasília foi planejada e construída em uma região distante do povo, justamente para que este se distanciasse das decisões ali tomadas (DEMOCRACIA, 2019). No dia da votação, esse espaço monumental e cinzento abriga mais de 500 homens e mulheres “engravatados” que decidem, entre as paredes espessas da frágil democracia, o rumo do país.

Temporalmente, como vimos nas narrativas, esse evento é precedido de vários outros eventos que se aglutinaram e formaram uma atmosfera de tensão e dúvidas quanto ao rumo do país. Cada grupo se viu na obrigação de tomar um partido e defender aquilo que compreendia como “correto” ou o que satisfazia seus interesses.

Dada a contextualização do cronotopo macro que, em síntese, é marcado pela polarização político-ideológica e pelo conflito de narrativas, apresentaremos agora o dia da abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff e um panorama de como os deputados votaram.

2.2 O Evento

No dia 17 de abril de 2016, às 14h, iniciou-se a sessão deliberativa extraordinária 091.2.55.O com a seguinte pauta “denúncia por crime de responsabilidade nº 1, de 2015”. Sessão que, na presença de 513 deputados, aprovou, por 367 votos favoráveis e 137 contrários, a admissibilidade do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e a cassação do seu mandato em agosto do mesmo ano após deliberação no Senado.

A sessão foi transmitida ao vivo pela TV Câmara e também pelo seu canal do *Youtube*. Uma cobertura completa foi ainda realizada por vários canais de TV aberta. O povo brasileiro pôde acompanhar, ao vivo, o desenrolar de um processo que alteraria significativamente o cenário político nacional.

Talvez pela primeira vez, muitos brasileiros acompanharam uma sessão da câmara dos deputados e se deram conta da função de um deputado no sistema político. De onde vinham as 513 pessoas que definiriam o futuro político do país? Quais os interesses que permeavam aquela votação? De um lado ouvia-se falar do fim de um governo corrupto, de outro, de um grande golpe contra a democracia. Independentemente do que acreditava cada um, assistia-se, numa grande comoção nacional, a uma sessão da Câmara dos Deputados.

Após abertura da sessão pelo Presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ) e leitura do relator Jovair Arantes (PTB-GO), iniciaram-se os discursos de todos os deputados presentes. Cada um apresentou uma justificativa ao seu voto e seu posicionamento: “sim” ou “não” à abertura do processo de impeachment. Passadas 9 horas e 50 minutos (quando, às 23h50, encerrou-se a sessão), tivemos um total de 367 votos favoráveis, 137 contrários, 2 ausências e 7 abstenções⁴.

Para além do “sim” ou “não”, os deputados apresentaram suas justificativas ao votar pela admissibilidade do processo. Aqui, de modo panorâmico, observaremos a incidência das justificativas apresentadas, trabalho já realizado por Prandi e Carneiro (2018). Observemos a tabela abaixo:

Tabela 1 – Frequência das justificativas dos deputados ao votar

(continua)

Ordem das frequências	Justificativa (item)	Indicadores (termos e expressões citados)	Número de deputados	%(*)
1	Pela base eleitoral do deputado	Por minha cidade, meu estado, minha região, pelo povo de minha cidade (também cada local com o nome declarado)	321	62,8
2	Pelo Brasil	Pelo Brasil, pelo país, pela pátria	195	38,2
3	Pela família e parentes do deputado	Por minha família, por meu pai, minha mãe, meu(s) irmão(s), meu(s) filho(s) e filha(s), meu(s) neto(s)	136	26,6
4	Pela democracia	Pela democracia, pelo Estado democrático	91	17,8
5	Em nome do povo brasileiro	Pelo povo, pelo povo brasileiro, em nome do nosso povo, por todos os brasileiros	81	15,9
6	Pela esperança e pelas novas gerações	Pelo futuro do país, em nome das novas gerações	70	13,7
7	Pela legalidade, votos em Dilma, contra o golpe	Pela legalidade, pelos milhões de votos que elegeram a presidente, contra o golpe	67	13,1
8	Contra a corrupção e ladroagem	Contra a corrupção e os corruptos, contra a ladroagem, os ladrões do patrimônio nacional, contra os bandidos	66	12,9
9	Pela constituição	Pela Constituição, pela Carta Magna	65	12,7
10	Em nome do partido do deputado	Por meu partido	53	10,4
11	Em nome de Deus	Em nome de Deus, por Deus, sob a proteção de Deus	46	9,0
12	Pela instituição da família, pela família brasileira	Pela família, pela família que o PT quis destruir, pela família brasileira	36	7,0

⁴ Cabe ressaltar aqui que todas as informações foram disponibilizadas pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, que resultaram num documento de 331 páginas de transcrição da sessão de 17 de abril de 2016, disponível em <<https://www.camara.leg.br/Internet/plenario/notas.asp?anomes=201604>>.

Tabela I – Frequência das justificativas dos deputados ao votar

Ordem das frequências	Justificativa (item)	Indicadores (termos e expressões citados)	(conclusão)	
			Número de deputados	%*
13	Em nome de personagens históricos e políticos	Em nome de Ulysses Guimarães, por Teotônio Vilela, pela memória de Marighela, por Zumbi dos Palmares, entre outros	36	7,0
14	Pelos marginalizados sociais	Pelos pobres, pelos movimentos sociais, pelos desempregados	35	6,8
15	Pela ética do governo, pela Lava Jato	Pela operação Lava Jato, pelo juiz Moro, pela ética do governo, por um governo ético, pela república de Curitiba	34	6,7
16	Contra o mau governo da presidente	Contra as pedaladas fiscais, a política de recessão, a inflação, as falências de empresas, a crise econômica; contra a incompetência, improbidade administrativa, o rombo nos cofres, o crime de responsabilidade fiscal, o mau governo	33	6,5
17	Pelos trabalhadores do Brasil	Em nome dos trabalhadores, pelos empregados	33	6,5
18	Contra Lula e contra o PT	Pelo fim do governo do PT, contra a continuação de Lula e sua corja, fora Lula, fora PT	31	6,1
19	Pela categoria profissional do deputado	Pelos advogados, corretores de imóveis, médicos, entre outras categorias profissionais citadas	23	4,5
20	Pela voz das ruas	Pela voz das ruas, pelos que foram à rua para protestar, pelas manifestações de rua, pelo MBL, pelo “Revoltados Online”	23	4,5
21	Pela retomada do desenvolvimento	Pela retomada do crescimento econômico, pelo desenvolvimento, pela retomada da economia	21	4,1
22	Pelo bom governo do PT e da presidente	Pelas políticas públicas, pelo aumento efetivo de postos de trabalho, pela Minha Casa Minha Vida, bolsa família, FIES	15	2,9
23	Pela igreja e fieis da religião do deputado	Em nome da minha igreja (denominação específica), pelos evangélicos, pelos carismáticos, pelo povo de Israel, pelos neopentecostais	14	2,7
24	Pela liberdade e justiça	Pela justiça, pela liberdade	14	2,7
25	Porque não há golpe	Com consciência de que não está havendo nenhum golpe, porque não há golpe	9	1,8
26	Pelos que sofreram com a ditadura	Em nome dos que sofreram pela ditadura, os torturados	7	1,4

Fonte: Prandi e Carneiro (2018)

Notas: (*) Total de deputados votantes = 511

A tabela acima foi construída observando-se as justificativas dos 511 deputados votantes que participaram da sessão. Apesar da grande diversidade de justificativas, os autores perceberam que muitas delas se repetiram e se combinaram,

identificando assim 26 grandes categorias. Os autores ressaltam que os deputados se utilizaram de várias justificativas ao votar. Portanto, um deputado que votou por sua base eleitoral, por exemplo, pode ter votado também por Deus, por sua família e demais categorias.

Todo deputado que votou por sua cidade, estado, região, compreendeu-se que votava por sua base eleitoral. Logo, 321 (62,8%) deputados utilizaram-se dessa justificativa que foi, de longe, a mais utilizada na sessão.

Em segundo lugar, votar pelo país foi a justificativa mais utilizada para justificar o voto a favor, contra ou pela abstenção da destituição da presidenta Dilma. 38,2% dos deputados utilizaram esse argumento. Resposta um tanto vaga quanto esperada, segundo Prandi e Carneiro (2018).

O voto pela família do deputado ocupou o terceiro lugar de justificativa mais citada. Ao todo, 136 deputados citaram sua família (pai, mãe, filho, filha, neto, neta...), demonstrando o lugar privilegiado que a família ocupa na sociedade.

A democracia ocupou o quarto lugar das justificativas mais usadas (17,8%), seguida “do povo brasileiro” (15,9%) e “esperança e pelas próximas gerações (13,7%). “Pela legalidade, votos em Dilma e contra o golpe” foi a sétima justificativa mais utilizada (13,1%), coerente com o processo em pauta que visava a abertura do processo de destituição da presidenta Dilma. Apenas 67 deputados utilizaram-se dessa justificativa.

Em oitavo, nono e décimo lugar, “contra a corrupção e ladroagem” (12,9%), “pela constituição (12,7%) e “em nome do partido” (10,4%) foram as justificativas usadas por não mais de 66 deputados.

Ao todo, 46 deputados votaram em nome de Deus, por Deus ou sob a proteção de Deus, fazendo de Deus a décima primeira justificativa mais utilizada na sessão de 17 de abril de 2016, seguida da “instituição família ou família brasileira” (7%).

Por ordem decrescente de classificação, seguiram-se as justificativas que remeteram a personagens históricos e políticos (7%), a citação dos marginalizados sociais (6,8%) e os motivos que clamam à ética na política, à operação Lava Jato o juiz que a coordenava, Sérgio Moro (6,7%).

“Contra as pedaladas fiscais, a política de recessão, a inflação, as falências de empresas, a crise econômica; contra a incompetência, improbidade administrativa, o rombo nos cofres, o crime de responsabilidade fiscal, o mau governo” foram as

justificativas de apenas 33 deputados. Estranhamente, o processo remetia ao crime de responsabilidade fiscal da presidenta e apenas 6,5% dos deputados o citaram em seus discursos, colocando a justificativa em décimo sexto lugar entre as justificativas mais utilizadas.

As justificativas não param por aí. 6,5% dos deputados votaram pelos trabalhadores do Brasil, 6,1% contra Lula e contra o PT, 4,5% por sua categoria profissional, 4,5% pela voz das ruas (em referência às manifestações que antecederam a queda do governo PT), 4,1% pela retomada do desenvolvimento e 2,9% pelo bom governo do PT e da presidenta.

14 deputados ainda votaram pela sua igreja e fieis da sua religião, perfazendo um total de 2,7% e ocupando a vigésima terceira colocação no ranking das justificativas mais utilizadas, e entre as justificativas menos citadas estiveram os lemas de liberdade e justiça (2,7%), a afirmação de que assim se vota porque não há golpe no processo de destituição da presidenta Rousseff (1,8%) e, por fim, justificativa de que assim se votou pelos que sofreram com a ditadura militar (1,4%) foi a menos utilizada (7 deputados).

A justificativa para a abertura do processo de destituição foi o crime de pedaladas fiscais cometido pela então presidenta. Todavia, como pudemos perceber, as justificativas dos deputados ao se posicionarem de forma favorável ou contrária à abertura do processo foram muitas. Em sua maioria, as justificativas nada tinham a ver com o crime de responsabilidade fiscal, que era a acusação em pauta da sessão. Agradar sua base eleitoral, votar vagamente “pelo Brasil” e por sua família foram as prioridades dos deputados. Logo, podemos perceber que havia outros interesses que permeavam a sessão que não o julgamento de crime de responsabilidade da então presidenta petista Dilma Rousseff.

Durante a análise no próximo capítulo, vamos nos referir a esse evento como Golpe de 2016 por dois motivos. Primeiramente, porque a sessão deliberativa tratava de um crime de responsabilidade fiscal e esse elemento ficou marginalizado nos discursos dos deputados, indicando que a justificativa jurídica da destituição não passou de um subterfúgio para o impedimento de presidenta eleita democraticamente concluir seu mandato.

Em segundo lugar, por compreendemos que a narrativa apresentada do Golpe de 2016, na sessão anterior, contempla as principais questões que surgiram na análise dos discursos da Bancada Evangélica, sobretudo por evidenciar o conflito

entre diferentes grupos frente aos seus interesses políticos e ideológicos. Essa narrativa, apresentada em síntese para ilustrar o cronotopo de tensões políticas, certamente não dá conta da conjuntura como um todo, pois um golpe se dá na molecularidade dos pequenos detalhes. Todavia, o que fica evidente é o conflito de interesses de diferentes grupos que, na ânsia em defendê-los, deturpam a própria democracia. É justamente devido a esse conflito de interesses, sem considerar aspectos importantes da democracia, que consideramos que a nossa, em 2016, foi golpeada.

CAPÍTULO 3 – A Bancada Evangélica e sua Participação no Golpe de 2016

Figura 4 – “Onipresente” (Acrílica sobre tela)



Fonte: o autor

As religiões cristãs no Brasil acreditam em um Deus onisciente, onipotente e onipresente, ou seja, que tudo sabe, tudo pode e que em tudo está. E até em espaços em que, discursivamente, esse Deus deveria ou não estar ou compartilhar o espaço com seus colegas deuses de outras religiões, seus fiéis fazem questão de torná-lo presente e espaçoso. Assim acontece no Congresso Nacional, em Brasília.

A tela “Onipresente”, acima, retrata a presença discursiva evangélica, simbolizada com a cruz, recaindo sobre o Congresso Nacional. Essa chuva colorida (tempestade) dialoga com o arco-íris da tela de abertura do primeiro capítulo e simboliza o discurso, totalmente ideologizado, que recai sobre as paredes cinzas e frias de um Congresso engravatado e hostil.

Nas próximas páginas, veremos como essa tempestade discursiva atinge o Congresso, atravessa as espessas camadas de cimento de suas cúpulas e mancha seus tapetes aveludados que, se não forem secos, cheirarão a mofo. Na cúpula convexa, aberta aos céus como símbolo da abertura para os anseios do povo, a chuva não só atinge seu teto, como também molha os sapatos de alguns homens e mulheres que, como veremos adiante, esqueceram de secá-los na entrada e acabaram por trazer águas turvas de 1964 para dentro do Congresso.

Neste capítulo, apresentaremos a análise quantitativa e qualitativa, sobretudo, das vozes que ecoam dos discursos dos deputados na votação de abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, exporemos o percurso da análise; a composição e aspectos gerais da Bancada Evangélica e alguns gráficos acerca da sua participação no Golpe de 2016.

3.1 O Percurso da Análise

Como vimos nas páginas anteriores, o Círculo de Bakhtin trouxe grandes contribuições para pensarmos a língua, sobretudo no seu aspecto social. Porém, segundo Brait (2010), os teóricos do Círculo não propuseram uma teoria de análise do discurso como ocorreu em outras vertentes, a exemplo da Análise do Discurso de linha francesa.

O que Brait (2010) nos mostra é que o Círculo de Bakhtin não nos legou uma teoria com uma abordagem metodológica para analisarmos os discursos. Não há uma fórmula deixada por esses teóricos que possamos aplicar e, assim, analisar os discursos que permeiam nossa sociedade. Por outro lado, “o conjunto das obras do *Círculo* motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso” (BRAIT, 2010, p. 10), ou seja, os estudos desenvolvidos pelo Círculo são a base do que hoje conhecemos como Análise Dialógica do Discurso (ADD).

Porém, se o Círculo não estabeleceu “categorias *a priori*, aplicáveis de forma mecânica a textos e discursos” (BRAIT, 2010, p. 14, grifos da autora), como se desenvolvem as pesquisas cuja base são os estudos bakhtinianos? Rohling (2014) nos apresenta alguns parâmetros estabelecidos pelo Círculo que podem orientar as análises da ADD:

- O estudo da esfera de atividade humana, em que se dão as interações discursivas em foco;

- A descrição dos papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva, analisando as relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores na produção de discurso;
- O estudo do cronotopo (o espaço-tempo discursivo) dos enunciados;
- O estudo do horizonte temático-valorativo dos enunciados;
- A análise das relações dialógicas que apontam para a presença de assimilação de discursos já-ditos e discursos prefigurados, discursos bivocais, apagamentos de sentidos, contraposições, enquadramentos, reenuniação de discursos e reacentuações de discursos. (ROHLING, 2014, p. 50).

Segundo a autora, ao analisarmos sob o viés da ADD, um olhar para a esfera da atividade humana em que o discurso ocorre é fundamental, pois, como vimos, cada esfera de atividade humana suscita diferentes gêneros do discurso. Os enunciados estão intimamente ligados a sua esfera de produção e circulação. A depender da esfera, tipos relativamente estáveis de enunciados são produzidos. Logo, atentar-se para essa esfera é também compreender o conteúdo temático; estilo e construção composicional do discurso em foco.

Como todo enunciado surge na interação social, perceber também os sujeitos que participam dessa interação faz-se importante, segundo Rohling (2014). Não só os sujeitos, mas também o papel que cada um assume nessa interação e as relações que imergem dessa interação.

Outro parâmetro apresentado é o estudo do cronotopo dos enunciados analisados, tendo em vista que esses enunciados não ocorrem na neutralidade do tempo e espaço, mas são historicamente situados. Verificar as condições temporais e espaciais desses enunciados ajudam a perceber também a visão do sujeito do discurso, pois ele é afetado por essa matriz espaço-temporal.

Por fim, Rohling (2014) ainda nos aponta para a condição dialógica dos discursos e seu horizonte temático-valorativo. Considerando as relações dialógicas, todo enunciado é perpassado por outros enunciados já-ditos e aqueles que ainda o serão, pois evoca ecos dos discursos alheios e dá abertura para as possíveis respostas. Esse mesmo enunciado, por ser dialógico, é atravessado por percepções e valores que lhe são atribuídos pelos sujeitos.

Embora Rohling (2014) nos traga esses parâmetros que norteiam os estudos do Círculo e, portanto, a ADD, a autora reitera que se trata apenas de parâmetros e não de categorias analíticas, ou seja, as pesquisas no campo da ADD podem ser norteadas por esses parâmetros, porém não configuram categorias que precisam estar presentes de forma metodológica nos trabalhos. Essas categorias, segundo ela,

“emergem das relativas regularidades dos dados, que são observadas/apreendidas no percurso da pesquisa” (ROHLING, 2014, p. 47), ou seja, no percurso de cada pesquisa, as categorias afloram conforme o olhar do analista e os enunciados em foco.

Rohling (2014) ainda destaca a complexa relação entre o pesquisador e seu objeto de estudos. Ao assumir a função de analista, o pesquisador não consegue assumir uma posição de neutralidade, pois ele também é permeado por seu horizonte valorativo, ou seja, ao fazer escolhas (do tema e da trajetória da análise) o analista se faz presente na análise, não podendo ser dissociado dela.

Aqui, ao escolhermos analisar dialogicamente os enunciados da Bancada Evangélica na votação de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, já fazemos nossa primeira escolha, já que poderíamos analisar qualquer outra bancada em qualquer outro evento, mas o fazemos pautados em nossos questionamentos íntimos e que perpassam nossa concepção de sociedade e religião e a relação estabelecida entre ambos.

Dado o tema da pesquisa, percorremos os textos do Círculo de Bakhtin a fim de suscitarmos os principais conceitos que poderiam ser importantes na análise dos dados, o que constitui o Capítulo I da dissertação. Mas como, segundo Rohling (2014), as categorias emergem no decorrer da pesquisa, em vários momentos tivemos que retornar aos escritos do Círculo de Bakhtin e rever os conceitos utilizados e nos apropriarmos de outros que se fizeram importantes ao longo da análise. Assim também surge o capítulo II e o conceito de cronotopo que, em um primeiro momento, passou despercebido e, adiante, fundamental para a análise.

Para a análise, contamos com a transcrição da sessão da Câmara dos Deputados em que ocorreu a votação da abertura do processo de destituição da então presidenta petista. Através da Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2015 – 2019, publicada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), obtivemos a lista de todos os membros da Bancada Evangélica e pudemos extrair da extensa transcrição da votação apenas os discursos dos deputados da Bancada que estavam presentes.

Após a apresentação da Bancada Evangélica e de seus membros, com o intuito de obtermos um panorama dos votos dessa bancada, elaboramos alguns gráficos: a) porcentagens daqueles que votaram contra e a favor ao Golpe de 2016; b) principais argumentos utilizados por esse grupo de deputados e c) porcentagens das

justificativas da Bancada Evangélica utilizadas por deputados favoráveis e contrários ao golpe. A construção desses gráficos constitui uma apresentação quantitativa do posicionamento da Bancada Evangélica na votação em questão e dos principais argumentos por ela utilizados para justificar o voto.

Embora a utilização de gráficos possa parecer estranha em um trabalho cujo objetivo é analisar dialogicamente os discursos da Bancada Evangélica, consideramos de suma importância para os desdobramentos da análise dialógica realizada na seção 3.4. A análise quantitativa se constitui como uma grande ferramenta na constatação da organicidade da Bancada e na sua atuação enquanto bloco político. Permite também observarmos as principais justificativas utilizadas pela Bancada para dar sustentação a seu voto. Assim, verificamos que “valores” e “mudanças” configuram como entre as mais recorrentes e mais representativas justificativas utilizadas pela Bancada no Golpe de 2016. É a partir dessa constatação quantitativa que buscamos observar alguns fios dialógicos que perpassam os enunciados dos deputados e suas tonalidades valorativas, ou seja, as ideologias que atravessam as enunciações.

Nesse segundo momento (seção 3.4), portanto, apresentamos alguns enunciados que evidenciam as duas categorias mencionadas. Ao analisá-los sob uma perspectiva dialógica, buscamos, em outros discursos, os ecos que ali ressoam e os elos que os unem. Ou seja, recuperamos outros discursos que se fazem presentes direta ou indiretamente nos discursos dos deputados com o intuito de identificar os diálogos de diferentes vozes que ecoam dos discursos. Nesse percurso, os enunciados da Bancada nos levam a outros enunciados, cujo eco nos é perceptível e que constituem a análise.

A seguir, uma apresentação da Bancada Evangélica, sua constituição, princípios e membros eleitos em 2014, que compuseram o quadro de deputados que participaram da abertura do processo de destituição da ex-presidenta petista em 2016.

3.2 A Frente Parlamentar Evangélica

A Frente Parlamentar Evangélica, conhecida como “Bancada Evangélica”, foi oficialmente instituída em 04 de setembro de 2003, reunindo deputados e senadores de diferentes partidos políticos e denominações religiosas “preocupados em fiscalizar os programas e as políticas governamentais, voltadas à proteção da família, da vida

humana e dos excluídos e acompanhar a execução das mesmas [...]” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p. 01)

Segundo seu Estatuto, trata-se de uma instituição civil e não governamental, mas que se constitui no âmbito do Congresso Nacional, com sede no Distrito Federal e sem fins lucrativos. No documento são enumerados também, no art. 02, suas finalidades. São elas:

- I - Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução.
- II - Promover o intercâmbio com parlamentos e parlamentares evangélicos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação.
- III - Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir de comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p. 04)

Os itens I e II apresentam aspectos mais gerais da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Já o item III explicita o posicionamento central desse grupo de parlamentares, que é “inovar” a legislação segundo seus interesses, sendo esse “combinado” com “os propósitos de Deus e conforme sua palavra”. Assim, a FPE deixa clara sua atuação no cenário político brasileiro e seu viés ideológico.

Segundo Trevisan (2013), os evangélicos que, inicialmente, apoiaram a ditadura militar brasileira de 64, somaram forças e se uniram durante a formulação da nova Constituição, de 1988. Ao todo, 32 parlamentares evangélicos foram eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte em 1986 e, a partir de então, passaram a ser conhecidos pela mídia como Bancada Evangélica.

Os principais interesses, naquele momento, estavam relacionados ao seu próprio crescimento demográfico, o desejo de defesa de seus interesses, um certo temor de que a Igreja Católica pudesse retomar seus privilégios junto ao Estado, uma suposta ameaça à liberdade religiosa no país e a defesa da moral cristã (TREVISAN, 2013). A Frente Parlamentar Evangélica, entretanto, como já vimos, só se institucionaliza em 2003 com o crescimento do número de parlamentares evangélicos eleitos.

Para a análise que segue, tendo como acontecimento chave o golpe de 2016, o grupo da FPE em foco é o eleito em 2014. Logo, recorreremos à Radiografia do Novo

Congresso – Legislatura 2015 – 2019, publicada pela Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) que nos traz todos os 75 deputados federais, conforme tabela abaixo:

Quadro 1 – Deputados que compõem a Bancada Evangélica eleitos em 2014

(continua)

Deputado Federal	Partido(*)	Estado	Denominação religiosa
Alan Rick	PRB	Acre	Assembleia de Deus
JHC	SD	Alagoas	Igreja Internacional da Graça de Deus
André Abdon	PRB	Amapá	Assembleia de Deus
Silas Câmara	PSD	Amazonas	Assembleia de Deus
Erivelton Santana	PSC	Bahia	Assembleia de Deus
Irmão Lázaro	PSC	Bahia	Batista
Márcio Marinho	PRB	Bahia	lurd
Sérgio Brito	PSD	Bahia	Batista
Tia Eron	PRB	Bahia	lurd
Ronaldo Martins	PRB	Ceará	lurd
Ronaldo Fonseca	PROS	Distrito Federal	Assembleia de Deus
Manato	SD	Espírito Santo	Cristã Maranata
Max Filho	PSDB	Espírito Santo	Igreja Presbiteriana da Glória
Sérgio Vidigal	PDT	Espírito Santo	Batista
Fábio Sousa	PSDB	Goiás	Fonte da Vida
João Campos	PSDB	Goiás	Assembleia de Deus
Eliziane Gama	PPS	Maranhão	Assembleia de Deus
Fábio Garcia	PSB	Mato Grosso	Sara Nossa Terra
Professor Victório Galli	PSC	Mato Grosso	Assembleia de Deus
George Hilton	PRB	Minas Gerais	lurd
Leonardo Quintão	PMDB	Minas Gerais	Presbiteriana
Lincoln Portela	PR	Minas Gerais	Batista Nacional
Stefano Aguiar	PSB	Minas Gerais	Evangelho Quadrangular
Josué Bengtson	PTB	Pará	Evangelho Quadrangular
Júlia Marinho	PSC	Pará	Assembleia de Deus
Aguinaldo Ribeiro	PP	Paraíba	Batista
Christiane Yared	PTN	Paraná	Catedral do Reino de Deus
Delegado Francischini	SD	Paraná	Assembleia de Deus
Edmar Arruda(**)	PSC	Paraná	Presbiteriana Independente
Takayama	PSC	Paraná	Assembleia de Deus
Toninho Wandscheer	PT	Paraná	Assembleia de Deus
Anderson Ferreira	PR	Pernambuco	Assembleia de Deus
Pastor Eurico	PSB	Pernambuco	Assembleia de Deus
Rejane Dias	PT	Piauí	Batista
Altineu Cortes	PR	Rio de Janeiro	Assembleia de Deus
Arolde de Oliveira	PSD	Rio de Janeiro	Batista
Aureo	SD	Rio de Janeiro	Metodista
Benedita da Silva	PT	Rio de Janeiro	Assembleia de Deus
Cabo Daciolo	Psol	Rio de Janeiro	Batista
Clarissa Garotinho(***)	PR	Rio de Janeiro	Presbiteriana
Eduardo Cunha	PMDB	Rio de Janeiro	Presbiteriana
Ezequiel Teixeira	SD	Rio de Janeiro	Projeto Vida Nova
Francisco Floriano	PR	Rio de Janeiro	Mundial do Poder de Deus
Marcos Soares	PR	Rio de Janeiro	Evangelho Quadrangular
Roberto Sales	PRB	Rio de Janeiro	lurd
Rosangela Gomes	PRB	Rio de Janeiro	lurd
Sóstenes Cavalcante	PSD	Rio de Janeiro	Assembleia de Deus
Washington Reis	PMDB	Rio de Janeiro	Nova Vida
Antônio Jácome	PMN	Rio Grande do Norte	Assembleia de Deus

Quadro 1 – Deputados que compõem a Bancada Evangélica eleitos em 2014

(conclusão)

Deputado Federal	Partido	Estado	Denominação religiosa
Carlos Gomes	PRB	Rio Grande do Sul	lurd
Onyx Lorenzoni	DEM	Rio Grande do Sul	Luterana
Ronaldo Nogueira	PTB	Rio Grande do Sul	Assembleia de Deus
Lindomar Garçon	PMDB	Rondônia	Assembleia de Deus
Marcos Rogério	PDT	Rondônia	Assembleia de Deus
Nilton Capixaba	PTB	Rondônia	Assembleia de Deus
Carlos Andrade	PHS	Roraima	Assembleia de Deus
Johnathan de Jesus	PRB	Roraima	lurd
Geovania de Sá	PSDB	Santa Catarina	Assembleia de Deus
Antônio Bulhões	PRB	São Paulo	lurd
Bruna Furlan	PSDB	São Paulo	Congregação Cristã no Brasil
Edinho Araújo	PMDB	São Paulo	Congregação Cristã no Brasil
Eduardo Bolsonaro	PSC	São Paulo	Batista
Gilberto Nascimento	PSC	São Paulo	Assembleia de Deus
Jefferson Campos	PSD	São Paulo	Evangelho Quadrangular
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	São Paulo	Internacional da Graça
Luiz Lauro Filho	PSB	São Paulo	Igreja do Nazareno
Missionário José Olímpio	PP	São Paulo	Mundial do Poder de Deus
Pastor Marco Feliciano	PSC	São Paulo	Catedral do Avivamento, igreja ligada à Assembleia de Deus
Paulo Freire	PR	São Paulo	Assembleia de Deus
Roberto Alves	PRB	São Paulo	lurd
Roberto de Lucena	PV	São Paulo	O Brasil para Cristo
Vinicius Carvalho	PRB	São Paulo	lurd
Laércio Oliveira	SD	Sergipe	Presbiteriana
Pastor Jony	PRB	Sergipe	lurd

Fonte: DIAP (2014)

Notas:(*) O partido ligado ao deputado é aquele que o elegeu em 2014. Na votação de abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, alguns deputados já haviam alterado seu partido.

(**) De acordo com sua biografia, no site da Câmara dos Deputados, Edmar Arruda afastou-se por 121 dias para tratamento de saúde e interesse particular a partir de 17 de março de 2016. Retomou em 16 de julho de 2016, ou seja, não estava no exercício da função da votação de abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016.

(***) Não compareceu à votação, pois estava em Licença Gestação, segundo informado pelo Deputado Aelton Freitas na sessão de 17 de abril de 2016.

Conforme verificamos no quadro acima, os deputados eleitos em 2014 que compunham a Bancada Evangélica são advindos dos mais diversos estados brasileiros e de diferentes partidos e instituições religiosas.

O DIAP aponta que, embora a Bancada se una em “questões relacionadas a costumes e à moral, defesa da ética e da vida humana, além daquelas afetas à honra da família” (DIAP, 2014, p. 106), atuando de forma coordenada em questões como a legalização do aborto, pesquisas com células troco e regulamentação da união civil homoafetiva, ela não pode ser tida como um bloco evangélico que pensa e age de forma única.

O DIAP traz em seu texto um trecho de uma pesquisa de Magali do Nascimento Cunha, da Universidade Metodista de São Paulo, em que a pesquisadora aponta para uma bancada plural, com membros vindos de diferentes igrejas e que, portanto, não representa de forma singular o voto evangélico brasileiro. A pesquisadora ainda ressalta a presença de membros de partidos de esquerda (PT e Psol) que pluralizam ainda mais a bancada.

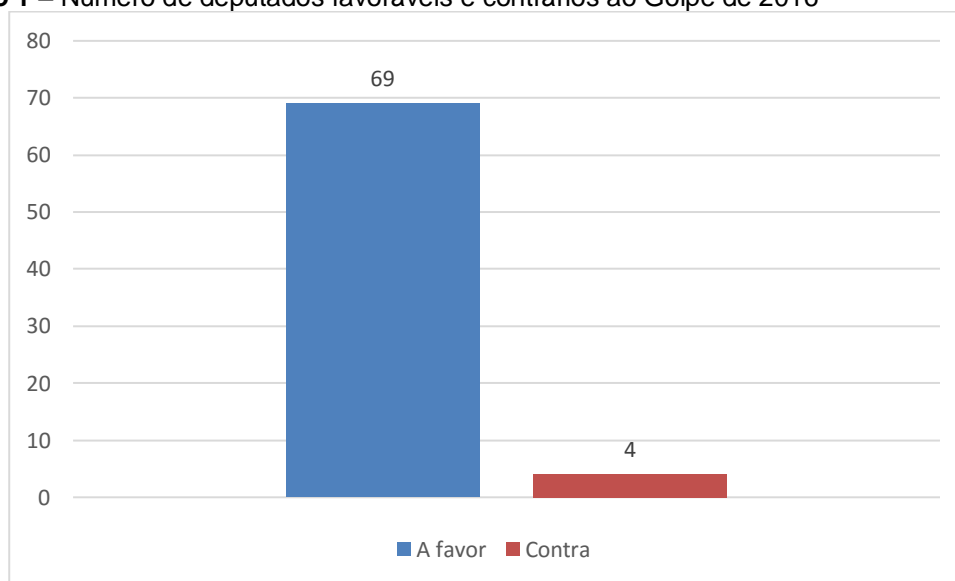
A seguir apresentamos um levantamento de como votaram os deputados da bancada evangélica e de suas justificativas de voto, buscando definir categorias que nos auxiliem na interpretação do discurso da bancada evangélica.

3.3 Como Votou a Bancada Evangélica

Na sessão do dia 17 de abril de 2016, a Bancada Evangélica estava composta por 73 membros votantes que, em seu uso da palavra, argumentaram contra ou a favor da abertura do processo de destituição de Dilma Rousseff. Dos 75 deputados listados na seção anterior, Edmar Arruda e Clarissa Garotinho não estavam presentes.

No dia 16 de abril de 2016, o site *g1.globo.com* havia anunciado que a Bancada Evangélica se posicionaria favorável ao impeachment (MATOSO, 2016)⁵. De acordo com a reportagem, o posicionamento se dava pela “grave crise econômica, moral, ética e política” que o país enfrentava. No dia da votação, entretanto, nem todos os membros posicionaram-se favoráveis à destituição, como mostra o gráfico na próxima página:

⁵ Ainda segundo a reportagem, a Bancada Evangélica estava composta por 90 membros, número divergente dos 75 deputados listados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Tentamos entrar em contato com o Congresso, porém não obtivemos a lista dos 90 membros.

Gráfico 1 – Número de deputados favoráveis e contrários ao Golpe de 2016

Fonte: o autor

Entre os 73 deputados votantes, 69 (94,5%) votaram favoráveis ao golpe e apenas 04 (5,5%) posicionaram-se contrários à abertura do Processo de Impeachment. Entre os 04 deputados que se opuseram à destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, 2 deles eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo partido da então presidenta: Rejane Dias (PT-PI) e Benedita da Silva (PT-RJ). Sérgio Brito (PSD-BA) e George Hilton (PROS-MG) também votaram contrários ao golpe.

Com esses números, podemos afirmar que a Bancada Evangélica apoiou o golpe de 2016, tendo em vista que mais de 94% de seus membros foram favoráveis à abertura do processo de destituição da então presidenta Dilma Rousseff, como já havia noticiado o G1 antes mesmo da votação (MATOSO, 2016). Não podemos ignorar, entretanto, que 04 membros se opuseram ao golpe, o que mostra que a Bancada não é um bloco homogêneo. Há espaço, embora houvesse um acordo antes mesmo da votação, para a livre expressão e voto.

O voto das duas deputadas do Partido dos Trabalhadores (PT) contrárias ao golpe mostra-nos que, entre a orientação do partido e a da bancada, prevalece a do partido. Observemos:

Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas aqui presentes, em primeiro lugar, eu oro para que Deus abençoe a nossa querida Nação, o Brasil. Em segundo lugar, pelo desenvolvimento do meu querido Estado do Piauí, pela democracia, pelo Estado Democrático de Direito e em respeito aos milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que votaram em Dilma, elegendó-a a primeira Presidenta mulher, eu voto "não"! (Rejane Dias/ PT-PI)

Sr. Presidente, em nome da Constituição a que eu me comprometi em cumprir, em nome do respeito a ela, em nome dos pobres e necessitados deste País, em respeito aos 54 milhões de votos concedidos pelo povo brasileiro à Presidenta Dilma, em nome dos que ainda têm fome e sede de justiça, entendendo que o reino dividido não prospera, eu quero dizer “não” ao golpe. (Benedita da Silva/ PT-RJ)

As duas deputadas, para legitimar seu voto, fazem referência em seu discurso àqueles que elegeram Dilma enquanto presidenta, demonstrando preocupação com a democracia e com a legalidade da votação em questão. O fato de o PT ser o partido que estava sendo “julgado” na votação provavelmente foi também crucial para o voto das deputadas petistas.

Podemos observar também um diálogo com o discurso religioso na fala das deputadas. Rejane Dias demonstra seu viés religioso de forma explícita ao mencionar que “ora para que Deus abençoe a nossa querida Nação, o Brasil”. Já Benedita Silva faz uma referência ao texto bíblico ao dizer que vota em nome dos que ainda têm “fome e sede de justiça, entendo que o reino dividido não prospera”. O enunciado das deputadas indica, como veremos adiante, que a religião esteve presente tanto para apoiar o golpe quanto para refutá-lo.

Entre os 73 deputados votantes, todos, exceto 01 (O deputado Sérgio Brito, PSD-BA, ao votar, disse apenas “Sr. Presidente, o meu voto é não”) justificaram seu voto. Alguns de forma mais extensa, outros de forma mais breve, 72 deputados trouxeram elementos para justificar seu voto.

Ao analisarmos as justificativas de voto dos deputados da Bancada Evangélica, verificamos que alguns argumentos foram utilizados com maior frequência. Assim, agrupamos aqueles cuja reincidência nos foi perceptível, o que levou à divisão das justificativas em 5 grupos, como consta no quadro a seguir:

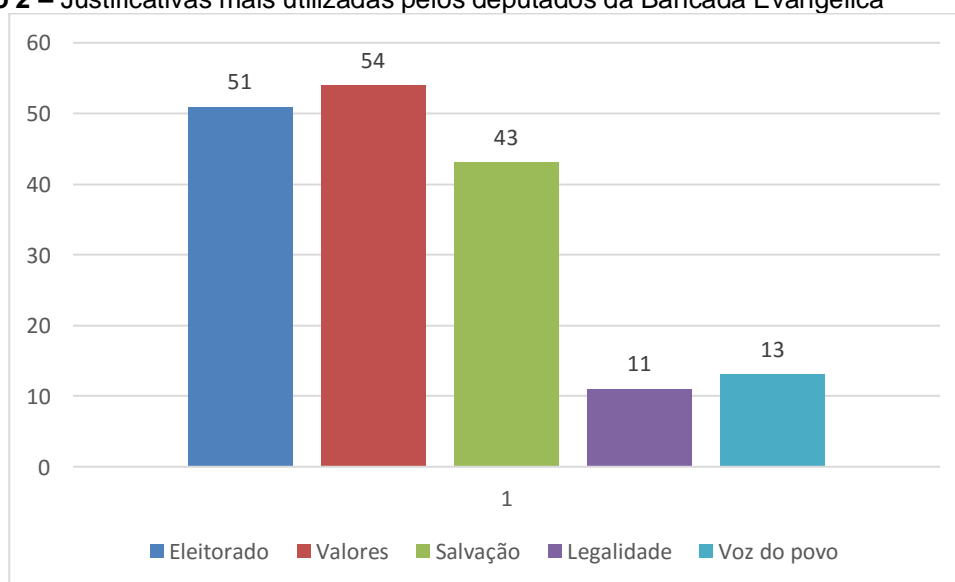
Quadro 2 – Principais justificativas apresentadas pelos deputados da Bancada Evangélica

Justificativa (item)	Indicadores (termos e expressões citados)
Eleitorado	Deputados que citaram seus eleitores. Em sua maioria, citaram o Estado da federação que os elegeu
Valores	Deputados que justificaram seu voto em Deus, família e valores éticos e morais característicos desse grupo
Salvação	Deputados que criticaram o governo e votaram por “mudança” e pela “salvação” do país
Legalidade	Deputados que citaram a Constituição e reiteraram que se tratava de um golpe (ou não) da democracia
Voz do povo	Deputados que se basearam nas reivindicações da população, nas manifestações ou nas eleições.

Fonte: o autor

Outras justificativas também surgiram no discurso dos deputados, porém não se pôde perceber uma reincidência. Os 5 grupos da tabela acima contemplam as justificativas mais citadas pelos deputados: a) eleitorado; b) valores; c) salvação; d) legalidade e e) voz do povo.

O gráfico abaixo aponta o número de deputados que utilizaram as justificativas explicitadas na Tabela III. Ressaltamos que um mesmo deputado pode ter utilizado mais de um argumento em seu discurso. Vejamos:

Gráfico 2 – Justificativas mais utilizadas pelos deputados da Bancada Evangélica

Fonte: o autor

A justificativa mais utilizada entre os membros da Bancada Evangélica são os valores (73,9%). Entendemos por valores todos os argumentos que se pautam nas crenças de um determinado grupo e que configuram a sua moral. No caso da Bancada

Evangélica, os 54 deputados citaram *Deus, família, moral, honra* ou alguma outra expressão equivalente e condizente com os costumes desse grupo.

Em segundo lugar, 51 deputados (69,8%) fizeram alguma menção aos seus eleitores e a sua representatividade na Câmara. Em sua maioria, os deputados citaram o estado que os elegeu para marcar um diálogo com seus eleitores.

43 deputados, perfazendo um total de 58,9% da Bancada, citaram o governo PT e a oportunidade de mudança que estava em curso na votação. Expressões como *esperança* e *mudança* foram muito encontradas nesses discursos, bem como *fim da corrupção*.

A quarta justificativa mais utilizada (13 deputados – 17,8%) é semelhante à primeira justificativa. Na primeira, no entanto, o deputado faz referência somente ao seu eleitorado e, nesse item, o deputado menciona a *voz do povo*, a vontade popular, aqueles que estavam nas ruas em manifestações ou aqueles que haviam, em um processo democrático, eleito Dilma como presidenta.

Por fim, 11 dos 74 deputados (15%) citaram a Constituição e a legalidade do processo, independente do posicionamento. Alguns aqui defenderam que não se tratava de um golpe e outros reiteraram que era um golpe.

Em consonância com os valores da tabela I, que traz a justificativa dos 511 deputados, o voto pela base eleitoral do deputado é também significativo entre os membros da Bancada Evangélica. Enquanto que, no total, 62,8% de todos os deputados mencionaram seus eleitores, na Bancada Evangélica 69,8% dos membros também o fizeram.

Manter um diálogo com os eleitores mostra-se fundamental para a manutenção do poder de um deputado. A partir de Bakhtin (1993, p. 91), podemos dizer que o locutor, nesse caso, o deputado, “penetra no horizonte alheio de seu ouvinte”, seu eleitor, construindo a sua enunciação sob sua apreciação.

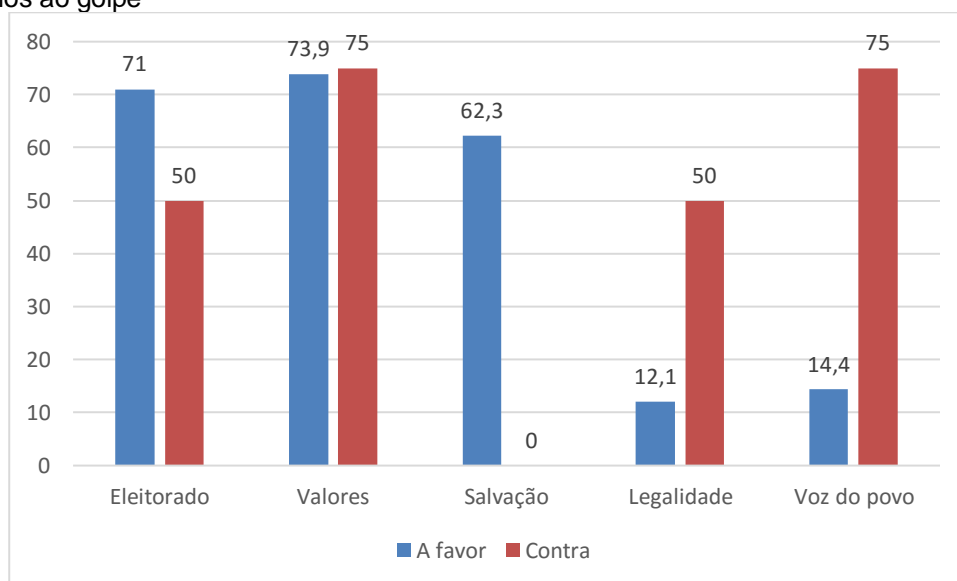
Para o deputado federal, que é eleito somente pelo seu Estado, faz-se primordial dialogar diretamente com esse público, pois ali teve a oportunidade de, em um grande show midiático, mostrar-se “representante” daqueles que o elegeram. Orientar o discurso para esses é penetrar mais profundamente em suas referências, compartilhar seu horizonte valorativo (BAKHTIN, 1993) e garantir seu apreço e, portanto, a manutenção de seu cargo político.

Entretanto, a justificativa mais utilizada entre os deputados da Bancada Evangélica não foi seu eleitorado, mas sim seus valores, como *Deus* e *família*, como

explicitaremos mais adiante. Por hora, cabe-nos saber que, segundo Almeida (2017), os evangélicos têm buscado na esfera pública não só a proteção de sua moralidade, mas também, e sobretudo, a sua inscrição na ordem legal do país. Ou seja, que seus valores, através do poder público, sejam também os valores de toda a nação. Logo, compreendemos o uso exacerbado dessa justificativa na votação em questão.

O gráfico abaixo mostra as porcentagens da mobilização dessas justificativas entre aqueles que apoiaram e se opuseram ao golpe:

Gráfico 3 – Porcentagens das justificativas da Bancada Evangélica utilizadas por favoráveis e contrários ao golpe



Fonte: o autor

As colunas de cor azul representam os deputados da Bancada Evangélica que apoiaram o golpe (69 deputados). Em vermelho, os deputados que se opuseram ao golpe (04 deputados).

Pelo seu eleitorado, votaram 71% dos membros favoráveis ao golpe e 50% dos contrários à destituição. Ressaltamos que votar pelo eleitorado foi, segundo Tabela I, o argumento mais utilizado por todos os deputados no dia da votação, independente da bancada.

A justificativa pautada nos valores foi o item mais utilizado entre os membros da Bancada Evangélica, conforme Gráfico II. Agora constatamos também que os valores foram igualmente utilizados para apoiar ou não o golpe de 2016. 73,9% dos deputados favoráveis ao golpe utilizaram esse argumento. Também 75% dos deputados contrários ao golpe o utilizaram.

O item *salvação* foi amplamente utilizado pelos favoráveis ao golpe (62,3%), porém não encontrado entre aqueles que se colocaram ao lado da Democracia. A legalidade ou não do golpe, por sua vez, foi pouco utilizada no primeiro grupo: apenas 12,1%. Entre os contrários ao golpe: 50%.

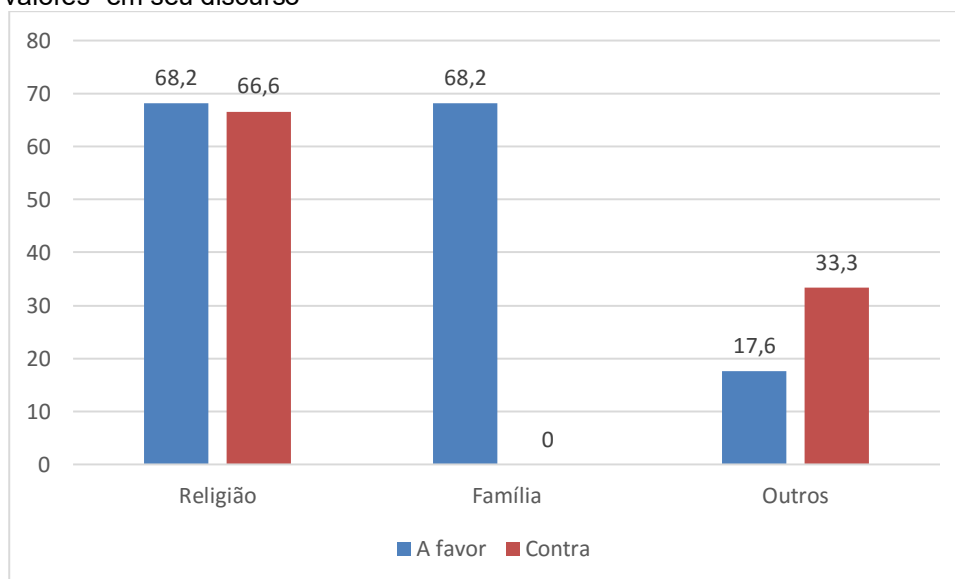
A quinta e última justificativa diz respeito aos deputados que citaram a *voz do povo* para justificar seu voto. Enquanto apenas 14,4% daqueles que apoiaram o golpe usaram o argumento, 75% dos contrários ao golpe reiteraram a “vontade popular” como justificativa para votar contra o golpe. Nesse ponto, fica evidente que a vontade popular foi um argumento contrário ao golpe. Entre os favoráveis, foi pouco utilizado levantando a hipótese de que aqueles que foram favoráveis ao Golpe não levaram em conta a vontade popular e o resultado das urnas de 2014.

Como vimos, entre a Bancada Evangélica, a justificativa mais utilizada tanto pelos que apoiaram quanto pelos que se opuseram ao golpe foi os *valores*. Um dia antes da votação, a Bancada Evangélica se pronunciara sobre seu posicionamento favorável ao golpe e citou a “grave crise econômica, moral, ética e política” (MATOSO, 2016) como justificativa. Parece-nos que, sobretudo, a “crise moral e ética” foi o elemento central na hora do voto dessa Bancada.

Além dos *valores*, a *salvação* está entre os itens mais votados (terceiro entre os que apoiaram o golpe). Grande parte dos deputados uniram em seu discurso os dois itens e votaram, pelos bons costumes e valores, para “salvar” o país de um governo que buscava “destruir” os valores dessa bancada. Mas, “salvar” o país pode ser interpretado tanto como em relação aos valores, mas também na área econômica e na própria concepção de Estado. Logo, a “grave crise econômica”, pronunciada pela Bancada antes da votação, pode também ser representada na categoria *salvação*.

No gráfico seguinte, nos propomos a quantificar os valores mais utilizados pelos membros da Bancada Evangélica nas suas justificativas:

Gráfico 4 – Percentagens de itens utilizados entre os deputados da Bancada Evangélica que utilizaram o item “valores” em seu discurso



Fonte: o autor

O gráfico acima contempla apenas os 54 deputados cujo discurso foi perpassado por algum tipo de valor moral. Entre os deputados favoráveis ao golpe, 68,2% utilizaram da religião e família para justificar seu voto. Entre os deputados que foram contrários à abertura do processo de destituição da ex-presidenta petista, 66,6% utilizaram algum argumento religioso para embasar seu voto. A família não aparece nesse grupo.

O item *outros* é composto por deputados que não especificaram o valor em questão, usando expressões como “moral, ética, valores” em seu discurso, ou se referiram a algum outro valor, como *honra e trabalho*, mas que não houve reincidência: 17,6% entre os golpistas e 33,3% entre os que se opuseram ao golpe.

O que constatamos aqui é que a religião foi, em porcentagens, quase igualmente utilizada entre os deputados favoráveis e contrários ao golpe de 2016. As porcentagens, entretanto, incidem apenas sobre o número de deputados que usaram os valores em seu discurso. Em quantidade, 35 deputados que votaram a favor do golpe tiveram seu discurso perpassado pela religião. Entre os contrários, 2 deputados apenas.

A família foi citada apenas por aqueles que votaram a favor da destituição da presidenta petista. Concluímos, portanto, que o conceito de família defendido pela Bancada Evangélica era incompatível com o governo de Dilma Rousseff. A queda do PT era crucial, para essa Bancada, para a manutenção e propagação da família

tradicional evangélica. É na família, portanto, que recaía a grave crise moral e ética citada pela Bancada antes da votação.

3.4 As Vozes que Ecoam nos Discursos da Bancada Evangélica

Nas páginas anteriores, pudemos verificar, sobretudo quantitativamente, o modo como a Bancada Evangélica votou no dia da abertura do processo de destituição da então presidenta Dilma Rousseff e identificamos cinco categorias de justificativas que foram utilizadas com elevada reincidência entre os membros da Bancada Evangélica. São elas: a) valores; b) mudança; c) eleitorado; d) legalidade e; e) voz do povo.

Agora, embasados, sobretudo, pelo conceito de dialogismo do Círculo de Bakhtin, buscamos observar alguns fios dialógicos presentes nos discursos da Bancada Evangélica em duas dessas categorias: *valores* e *salvação*, pois consideramos que essas duas categorias evidenciam a postura da Bancada na votação em questão. Em outras palavras, observamos outras vozes que ecoam dos discursos dessa bancada tomando como elemento organizador essas duas categorias de discursos. Um olhar mais atento para essas vozes nos permitirá interpretar a participação da Bancada Evangélica no golpe de 2016.

3.4.1 Os “valores” de 1964 e 2016 – a história se repete

Karl Marx inicia o livro “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” com uma célebre frase com a qual iniciaremos essa seção:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2011, p. 25).

Tão pouco importa se bons ou ruins, os grandes fatos se repetem. Ao observarmos a história do Brasil, o golpe de 2016 não foi o único grande golpe que tivemos e, provavelmente – e infelizmente – não será o último.

Antes de 2016, temos escrito a sangue em nossa história o golpe de 1964. Se levamos em conta o escrito por Marx, em 1964 vivemos a tragédia; em 2016 a farsa. Tragédia e farsa, entretanto, se confundem em nossa história e marcas do golpe de

64 estiveram presentes em 2016. Para tanto, vamos retroceder no tempo e relembrar brevemente os fatos que antecederam o golpe de 64.

Partiremos da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. O historiador Ricardo Antonio Souza Mendes (2005) aponta que essa renúncia não passou de uma estratégia do presidente para ganhar apoio dos militares e das camadas populares. Antes da renúncia, Jânio havia enviado o vice-presidente João Goulart à China comunista para negócios. Assim, ao pedir a renúncia, contava com o apoio dos militares e o clamor popular para que permanecesse no poder, tendo em vista que Goulart seria uma ameaça comunista ao país. Esse apoio e clamor, entretanto, não ocorreu e João Goulart assumiu a presidência do Brasil em setembro de 1961.

O período entre agosto de 61 e março de 64, quando ocorreu o golpe militar, segundo Mendes (2005), foi marcado por uma série de articulações de grupos de direita que visavam a destituição do então presidente João Goulart – conhecido popularmente como “Jango” – e evitar a “comunização” do país. Em síntese, a direita articulava-se para “implementar um projeto político que mais se adequasse a seus interesses” (MENDES, 2005, p. 237) e que era incompatível com o governo de Jango.

Semelhante história pudemos verificar no golpe de 2016, quando já nas jornadas de junho, em 2013, os grupos de direita articulavam-se para defender seus interesses, também incompatíveis com o governo Dilma. O resultado dessas articulações, como já bem sabemos, é um golpe.

Assim como muito bem ilustrado por Petra Costa em “Democracia em Vertigem” (DEMOCRACIA, 2019), a sociedade antes – e certamente depois – do golpe de 2016, estava completamente polarizada entre os que apoiavam o governo Dilma e os que almejavam sua queda. Mendes (2005) mostra-nos que essa polarização estava também bem evidenciada antes do golpe de 64. Enquanto alguns grupos fomentavam a saída de Jango, outros promoviam medidas de apoio ao seu governo. Mendes (2005) elenca três desses eventos: o comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, a rebelião dos marinheiros de 24 de março e a Assembleia ocorrida no Automóvel Clube do Brasil do dia 31.

O comício da Central do Brasil foi um evento organizado por sindicatos e grupos de esquerda para pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base propostas pelo presidente. O comício contou com 200 mil pessoas que reivindicavam pelas reformas, entre elas:

[...] a assinatura o Decreto da SUPRA, que propunha a desapropriação de latifúndios a ser paga em dinheiro; encampação das refinarias de petróleo estrangeiras, representando uma ameaça direta ao direito de propriedade; e o encaminhamento ao Congresso da proposta que dava direito de voto aos analfabetos e praças, que seria feito somente no dia seguinte, mas que foi anunciado ao longo do comício. (MENDES, 2005, p. 238).

É perceptível que as reivindicações do Comício tendiam para ideais de esquerda e foi um gatilho para os grupos de direita contra-atacarem o governo. O Comício foi pintado como um grave ataque do governo ao Congresso Nacional e, somado aos outros dois eventos – Rebelião dos Marinheiros e a Assembleia de Sargentos do Exército – era acusado de gerar o caos na sociedade e incitar a indisciplina entre os militares.

Já nos dias seguintes ao Comício, os grupos de direita deixaram de lado suas diferenças e se uniram contra um inimigo em comum: o governo Jango e sua ameaça comunista. E o marco dessa união, e o evento central para nós, foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida 6 dias após o Comício em São Paulo.

A Marcha, de acordo com Vieira (2018), ocorreu sob a tutela de grupos econômicos dominantes, setores da igreja e com o apoio da imprensa e do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Ao todo, entre 500 a 800 mil pessoas marcharam em São Paulo, a maioria de classe média:

Nessa direção, setores da classe média se viram representados - dado que as reformas favoreciam a cultura de massas – pois viam no governo Jango uma ameaça com horizontes de perdas sociais e econômicas cerceados, o que os configurou como massa da manobra, classe meramente representativa de uma elite econômica que vislumbrava manter o proletariado no seu lugar de silêncio, de não representatividade. (VIEIRA, 2018, p. 56).

A citação acima, referente à Marcha da Família, com Deus pela Liberdade é facilmente confundida como ilustrativa das jornadas de junho, pois, em ambos os casos, a classe média foi a massa de manobra necessária para efetivar a vontade da elite do dinheiro.

Ainda sobre a Marcha de 64, as mulheres foram o grande símbolo do combate ao comunismo e em defesa da família alavancado pela grande mídia. Esse detalhe, segundo Vieira (2018), também foi orquestrado. A Marcha foi o gatilho que faltava para o golpe dos militares, dias depois. Ela simbolizava não só a “vontade popular”, mas também a voz das mães, esposas e donas de casa que, num tom de apelo

emocional, cumpriu seu papel de “legitimar” o golpe de 64, como ilustra a manchete do Jornal “O Globo” de 19 de março de 1964:

Figura 5 – Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 19 de março, ano de 1964, pg.3.



Fonte: VIEIRA (2018)

Os cronotopos, segundo Bakhtin (2018), possuem significado de enredo: “eles são os centros organizacionais dos acontecimentos basilares que sedimentam o enredo do romance. Nos cronotopos atam-se e desatam-se os nós do enredo” (BAKHTIN, 2018, p. 226). Nos dois eventos aproximados aqui, verificamos cronotopos muito semelhantes, ou seja, os enredos nas narrativas interseccionam-se em vários pontos, embora o tempo real entre eles seja diverso.

Os sujeitos dos dois eventos também não são os mesmos, mas as suas características são semelhantes. Como vimos, uma população que se via intimidada por acreditar que seus valores estavam sendo atacados constitui uma diretriz em 1964 e 2016. A classe média, por sua vez, fez-se presente e numerosa simbolizando a vontade popular e servindo de legitimação das decisões tomadas contra a democracia do país.

Embora exista um tempo real que distancia um evento do outro, a atmosfera instaurada no país também se configura como um elemento de semelhança: um país totalmente polarizado, com narrativas dicotômicas e luta por interesses políticos sem

levar em conta as bases da democracia. Dadas as semelhanças de cronotopo, que, como vimos, tomam corpo e influenciam os discursos, é coerente que ecos de 1964 sejam ouvidos de forma tão intensa em 2016, pois as condições de produção desses discursos são muito semelhantes.

Após essa breve exposição sobre a “Marcha da família, com Deus pela Liberdade”, em março de 1964 e seus ecos em 2016, retornamos à votação de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 2016.

Como já exposto, entre as justificativas usadas pela Bancada Evangélica, a que mais se sobressaiu foram os valores, tanto entre os favoráveis quanto aos contrários ao golpe. E os valores mais usados nessas justificativas foram “Deus”⁶ e “família”, justamente aqueles que davam nome à marcha ocorrida em 1964.

Vejamos um exemplo:

Sr. Presidente, que Deus abençoe o nosso País! Que Deus tenha misericórdia de nossa Nação! Na defesa do Estado Democrático de Direito, contra a corrupção e a impunidade, contra a violência e a insegurança, na defesa da vida e da família, por Goiás, pelo Brasil, por minha família, pela dignidade do povo brasileiro, por esperança, por dias melhores, o meu voto e ‘sim’, Sr. Presidente. (João Campos/ PRB-GO).

O deputado do Partido Republicano Brasileiro⁷ do Estado de Goiás, João Campos, é um dos deputados que trouxe em seu discurso os valores de Deus e Família e votou favorável ao Golpe de 2016. Ele inicia seu discurso clamando pela bênção de Deus pelo país. Esse mesmo clamor foi encontrado no enunciado de vários deputados da Bancada. Parece-nos um discurso comum ao povo evangélico, que compreende sua fragilidade humana e implora a Deus que os assista.

No caso do discurso do deputado, identificamos alguns interlocutores em seu enunciado: a) o Sr. Presidente da Câmara; b) o povo brasileiro que o assistia e c) Deus. Segundo o Círculo de Bakhtin, a palavra é sempre orientada para o interlocutor (VOLÓCHINOV, 2018), ou seja, faz-se importante observar a relação que se estabelece entre os sujeitos da interação, visto que, como vimos, esta é o fundamento de enunciação.

⁶ Os valores mais citados entre os deputados da bancada evangélica estão relacionados à família e à religião. Entre as expressões mais utilizadas para a religião está “Deus”, embora também houvesse referências a igrejas e outros elementos da religião cristão.

⁷ Atualmente, denominado apenas por “Republicanos”.

A relação com o presidente da Câmara se dá no nível da formalidade e protocolo, pois toda a sessão foi presidida por ele, que mediou o turno de voz dos deputados em seus votos. Para além do presidente, como vimos, a sessão estava sendo transmitida para a população brasileira e, portanto, o deputado não deixou de citar seu Estado de Goiás e seus eleitores. Todo o tom valorativo utilizado pelo deputado em seu discurso certamente foi utilizado na garantia de manutenção de seu poder e naquilo que seus eleitores “esperavam” de seu representante.

Ainda como último interlocutor, temos a figura de Deus, que, num tom de oração, aparece na enunciação do deputado. Aqui, podemos constatar uma característica do discurso religioso já observada por Orlandi (1987)⁸. Trata-se de uma assimetria sem limites entre a produção e recepção dos discursos religiosos. A produção se dá, primeiramente, através de Deus e a Igreja (seus escolhidos na terra para difundir sua palavra: pastores, padres e etc.). A recepção, por outro lado, se dá pelos fiéis. Notemos a discrepância entre produção e recepção. De um lado, temos fiéis mortais e de outro, um ser onipresente, onisciente e onipotente e seus representantes.

Dada essa assimetria, o fiel precisa manter-se de acordo com o padrão estabelecido pela Igreja em todos os momentos, pois não só a Igreja fiscaliza seu comportamento, como o próprio Deus que está presente em todos os lugares e de tudo sabe. Da mesma forma também, o fiel (deputado), que é mortal, pede a bênção de Deus e clama por misericórdia, assim como na segunda frase do deputado João Campos, pois assume a sua fragilidade e impotência diante de um ser divino.

Embora o signo *Deus* em “*que Deus abençoe o nosso País! Que Deus tenha misericórdia de nossa Nação!*” remeta justamente a um Deus poderoso que precisa ser clamado e adorado para intervir, não podemos esquecer que, em se tratando de uma votação na Câmara dos Deputados que decidiria se o processo do golpe seria iniciado ou não, o deputado, assim como Deus, tem o poder de tomada de decisão. O deputado pede a bênção e misericórdia de Deus, mas quem detém o poder no momento do discurso é o deputado. Nesse sentido, o deputado de Goiás inicia seu discurso buscando mascarar sua condição de poder e realocá-la em Deus.

⁸ Compreendemos que Eni Orlandi é uma teórica que se aproxima da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e não do Círculo de Bakhtin. Porém, sua constatação acerca da assimetria entre os sujeitos do discurso, nesse contexto, ajuda-nos a compreender a interação discursiva.

O signo *Deus* no enunciado do deputado também está associado ao território brasileiro: “*que Deus abençoe o nosso País! Que Deus tenha misericórdia de nossa Nação!*”. Logo, o signo *Deus*, nesse caso, também reflete e refrata um outro sentido: o único salvador possível de um território devastado. *Deus*, por ser esse ser onipresente, onisciente e onipotente, é o único que poderia “salvar” o país que, a contar pelo discurso do deputado, precisa da misericórdia divina.

Além de *Deus*, o valor familiar também esteve presente no enunciado do deputado Republicano: “*na defesa da vida e da família, [...], por minha família*”. Em “*na defesa da vida e da família*” constatamos que a *família*, bem como a *vida* precisam ser defendidas. Logo, deduzimos que ela está sob alguma forma de ataque, assim como também esteve em 1964, quando defendida na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Que família é essa? Quais são os ataques?

Para isso, recorreremos ao discurso evangélico sobre essa família e esse ataque para compreendermos o discurso do deputado. Como sabemos que o deputado João Campos é da Igreja Assembleia de Deus, buscamos nessa denominação religiosa as significações atribuídas a esse signo. Leiamos atentamente o trecho abaixo extraído de um curso da Igreja Assembleia de Deus de Imperatriz, Maranhão:

Trecho 1 - curso da Igreja Assembleia de Deus de Imperatriz, Maranhão

“Há em andamento um verdadeiro processo de destruição da família. Esse processo tem origem em tempos remotos, quando se desencadeou uma rebelião contra DEUS, o criador de todas as coisas, inclusive do homem e da família. Esta ação é acima de tudo diabólica. As forças do mal, movimentadas pelos agentes espirituais da maldade, estão procurando destruir tudo o que foi feito para a felicidade do homem. Para destruir a família, o inimigo do lar tem suas estratégias. Primeiro, procura descaracterizar a instituição familiar, dizendo que esta não passa de uma ‘invenção burguesa’, num jargão típico da filosofia comunista, materialista (Aliás já fora de moda em seus países de origem). Depois, as forças do mal procuram desacreditar tudo o que constitui a estrutura familiar. Nesse contexto, já há quem diga que filho não precisa de pai e de mãe. Basta ter reprodutores. A figura do pai é diminuída, para que desapareça o papel do líder da família. Aliás, a Constituição brasileira, em um de seus artigos, já estipula que o pai e a mãe estão em pé de igualdade, no relacionamento familiar, de modo que não existe mais o ‘Chefe de Família’, ou seja, o líder do grupo familiar. Certo psiquiatra, num jornal, disse: ‘O pai do passado era autoritário, o do presente é uma figura decorativa e o do futuro não existirá’. Segundo aquele estudioso, isso revela o fim da família tradicional (Pai, mãe, filhos, todos vivendo sob o mesmo teto). Pai e mãe são elementos fundamentais para a existência da família. Desaparecendo um, deixará de existir ou outro. O que o modernismo-relativismo prega é o fim da família. É o fim da pessoa do pai, como líder do grupo social do lar. O liberalismo entende que não se deve adotar normas de convivência social, entre pais e filhos. Cada um precisa fazer o que bem entende, com liberdade ou libertinagem sem limites. Nada de normas, de proibições, de doutrina, de limites, exceto ocasionalmente, quando algo grave estiver acontecendo ou por acontecer. Sob a orientação hedonista, o que vale é o prazer. Se os adolescentes querem fazer sexo, basta usar ‘a camisinha’. Mais do que isso é moralismo. E ninguém melhor que o pai para orientar e cobrar obediência aos princípios éticos e morais. Se o pai desaparece, e em seu lugar, surge apenas o ‘reprodutor’, o amante descompromissado, que só pensa em ter prazer sexual, como fica a autoridade sobre os filhos? Para responder a essas questões, temos que nos voltar para o projeto original, previsto por DEUS, para a vivência e convivência do homem sobre a terra. Primeiro, é necessário que haja pai, mãe e filhos, unidos sob os princípios norteadores da criação e desenvolvimento da família. Os pais devem amar seus filhos e criá-los na ‘doutrina e admoestação do Senhor’, conforme a Bíblia (Efésios 6.4)”

Fonte: Silva, 2013

O texto evidencia sua compreensão de família (pai, mãe, filhos, todos vivendo sob o mesmo teto), o que o autor mesmo definiu como *família tradicional*. Nessa família, também temos uma hierarquia estabelecida: o pai é o líder do grupo social do lar e todos devem estar unidos sob os princípios norteadores da criação e desenvolvimento da família. Além disso, os pais devem amar seus filhos e criá-los na doutrina e advertência/repreensão de Deus.

Assim, esse modelo de família é adotado como padrão pelo Deputado em seu discurso, não consentindo com as demais configurações familiares existentes em nosso país. Ademais, outras configurações familiares são tidas por Silva (2013) – e, portanto, pelo deputado – como desvios da família tradicional, resultado de ataques constantes.

Esses ataques, por sua vez, são mencionados como diabólicos e fruto da grande dicotomia bem e mal estabelecida na mitologia cristã. Diabo seria a figura antagônica a Deus que busca destruir tudo aquilo estabelecido por ele. A filosofia comunista, segundo o pastor, é uma ferramenta dessas forças malignas para

descaracterizar a instituição familiar concebida por Deus. Essa mesma força buscaria também o desaparecimento da figura do líder pai e uma libertinagem liberada aos membros dessa família, fruto do liberalismo.

Quando o deputado se posiciona “*na defesa da vida e da família*” em meio a uma votação que daria início à deslegitimação de um governo, compreendemos que em sua visão esse governo não possuía políticas públicas para a propagação desse ideal de família cristã. Obviamente, se o governo insistisse em difundir esse padrão familiar, ele estaria infringindo os Direitos Humanos por não respeitar as diferentes formas de composição de uma família. A família tradicional, sem sombra de dúvidas, é uma forma legítima de configuração familiar. O que não podemos descartar, entretanto, são as múltiplas possibilidades de se estabelecer uma família.

O signo *família*, portanto, no enunciado do deputado, é tomado por uma significação estritamente cristã, pois é perpassado pelos valores do sujeito que o enuncia, evidenciando sua ideologia, ou seja, sua percepção de mundo, daquilo que compreende como certo e errado, bom ou mau. Nesse caso, *família* não só significa “família tradicional cristã” como desqualifica todas as outras configurações familiares que não são contempladas pelo signo *família* enunciado pelo deputado.

Esse discurso, torna-se, pois, perigoso na medida em que ele se aproxima da esfera política. O poder público legisla para todos, independente da religião. As leis, portanto, precisam se abster de valores de uma ou outra religião, pois estarão para todos. Nesse sentido, o signo *família* não pode ser perpassado pelo valor religioso, mas ser contemplado pela pluralidade de famílias (r)existentes no país.

Tanto na votação de abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quanto na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, *Deus e família* estiveram presentes como símbolos do tradicionalismo cristão brasileiro contra a ameaça comunista que, como vimos, é tida como demoníaca e destruidora do modo de vida cristão, embora, tanto em 2016 quanto em 1964, estivéssemos longe de uma possível revolução comunista.

Tanto *Deus* como *família*, em ambos os contextos, são signos que atuam sob o que o Círculo de Bakhtin nomeia como forças centrípetas. “Essas forças são aquelas da *unificação e da centralização das ideologias verbais*” (BAKHTIN, 1993, p. 81, grifos do autor) e se opõem às forças centrífugas, permeadas pelo plurilinguismo social e histórico.

De outro modo, quando as forças centrífugas atuam, abre-se espaço para o pluralismo histórico e social de vozes que permeiam os discursos, ou seja, o discurso é permeado por várias ideologias, pontos de vista e diversidade. Porém, sob o discurso podem atuar também as forças centrípetas, ou seja, que buscam uma unidade e fecham-se para a pluralidade e dialogicidade.

Quando os membros da Bancada Evangélica se referem a Deus e à família, atuam sobre esses discursos as forças centrípetas, pois o signo *Deus* só pode referir-se ao Deus da religião cristã e, sobretudo, desse grupo específico. Nesse caso as demais crenças e religiões ficam aquém, pois não são contempladas no enunciado. Do mesmo modo, como vimos, o signo *família* fecha-se em um conceito bem específico de família tradicional cristã e elimina a diversidade de significações possíveis e plurais de configurações familiares.

Nesse caso, os valores enunciados pela Bancada Evangélica, perpassados pelas forças centrípetas, dão ao discurso dessa bancada um caráter autoritário. Esse caráter emerge da intenção, ao enunciar, de como se dará a assimilação do enunciado pelo interlocutor. “Aqui, a palavra de outrem se apresenta não mais na qualidade de informações, indicações [...], etc. – ela procura definir as próprias bases de nossa atitude ideológica em relação ao mundo e de nosso comportamento [...] (BAKHTIN, 1993, p. 142).

A palavra autoritária, segundo o Círculo de Bakhtin, pode ser política, religiosa, moral, a palavra do pai, dos professores... ou seja, que passa por um nível hierárquico no qual há uma assimetria entre os interlocutores. A palavra autoritária “ressoa numa alta esfera” (BAKHTIN, 1993, p. 143). Assim, os discursos dos deputados da Bancada Evangélica são perpassados pela palavra autoritária, pois não só são configurados como políticos, mas também com uma conotação religiosa sob a qual atuam as forças centrípetas, ou seja, que estabelecem uma verdade absoluta e não passível de questionamento.

Portanto, quando observamos os enunciados dos membros da Bancada Evangélica – entre os que se posicionaram favoráveis ao Golpe – que são perpassados pela categoria que chamamos aqui de *valores* – como o do deputado João Campos – , ou seja, que citam sua moral, Deus, família e demais princípios desse grupo, primeiramente constatamos ecos de 1964 e da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Essa marcha é um dos fios dialógicos presentes no discurso dessa bancada, isto é, ao enunciar, o deputado não só se posiciona favorável ao Golpe de 2016, mas também, discursivamente, evoca outras vozes sobre o mesmo tema, pois, como vimos “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2017, p. 272). Ao enunciar, os deputados da Bancada Evangélica dialogam com outros enunciados que formam uma corrente de enunciados que se conectam e se relacionam.

“Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela sua identidade da esfera de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2017, p. 297). Na Câmara dos Deputados, em 2016, ecos da Marcha de 64 ainda eram ouvidos. Um novo golpe se desenhava em nosso país e o conservadorismo cristão não poderia, assim como foi em 1964, estar de outro lado a não ser dos golpistas.

Adiante, percebemos outro fio dialógico presente quando o deputado João Campos cita a *família*. De acordo com o Círculo de Bakhtin, “a língua não conserva mais formas e palavras neutras ‘que não pertencem a ninguém’; ela torna-se como que esparsa, penetrada de intenções, totalmente acentuada” (BAKHTIN, 1993, p. 100). Nesse sentido, o signo *família* é penetrado de intenções ao ser enunciado e dialoga, como vimos, com o conceito de família tradicional cristã, o qual é resultante de forças centrípetas, pois inviabiliza as demais configurações familiares existentes no país.

Por fim, somado aos ecos de 64 e ao conceito de família tradicional cristã, observamos que esses enunciados atuam como autoritários na medida em que atuam como centralizadores e detentores da verdade e não se abrem ao diálogo e questionamentos. “A palavra autoritária não se representa – ela apenas é transmitida” (BAKHTIN, 1993, p. 144), ou seja, ao votar, os deputados apresentam seus valores pré-determinados, sem levar em conta a pluralidade da população brasileira e sem abrir-se a essa diversidade. *Deus* é o deus cristão, *família* é a família tradicional cristã e o discurso fecha-se nisso.

Se, por um lado, podemos observar os valores sendo ecoados entre aqueles que apoiaram o Golpe de 2016 e constatar o que vimos até então, por outro, não podemos desconsiderar que os valores, sobretudo *Deus*, estão presentes no discurso de duas deputadas entre os quatro que se posicionaram contrários ao Golpe. Retomemos um deles:

Sr. Presidente, em nome da Constituição a que eu me comprometi em cumprir, em nome do respeito a ela, em nome dos pobres e necessitados deste País, em respeito aos 54 milhões de votos concedidos pelo povo brasileiro à Presidenta Dilma, em nome dos que ainda têm fome e sede de justiça, entendendo que o reino dividido não prospera, eu quero dizer 'não' ao golpe. (Benedita da Silva/ PT-RJ)

Aqui, todavia, o valor religioso toma outra significação que não associado à Marcha da Família com Deus pela Liberdade e ao conceito de família tradicional cristã. A família sequer é mencionada no enunciado e notamos um distanciamento do contexto do Golpe de 64, pois sua orientação é contrária ao golpe em curso.

Quando a deputada Benedita da Silva cita os *pobres e necessitados deste País* e em seguida faz referência ao texto bíblico de Mateus 5:6 *em nome dos que ainda têm fome e sede de justiça*, seu viés ideológico dialoga com o Estado de Bem-Estar Social (explicitado na próxima seção), no qual há uma preocupação com as desigualdades sociais e a compreensão de que compete ao Estado reduzi-las. A deputada ainda acrescenta que o *reino dividido não prospera*, numa referência ao cronotopo social da polarização de ideologias e narrativas.

3.4.2 A “salvação” nos costumes e na Economia

Dentre os membros da Bancada Evangélica que apoiaram o golpe, ou seja, votaram pela abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, 62,3% se enquadram na categoria que nomeamos de *salvação*, que diz respeito aos discursos que criticaram o governo e votaram por *mudança* e pela *salvação* do país. Nenhum deputado que se posicionou contrário ao golpe utilizou tal argumento.

Lembremos que, segundo Bakhtin e o Círculo, a língua não é desconectada da sociedade, ela é fruto da interação entre indivíduos contextualizados no mundo, no tempo e no espaço (cronotopo). No caso da justificativa de voto dos deputados, eles o fizeram através da língua. Seu discurso foi a ferramenta utilizada para, no conjunto da votação, marcar seu posicionamento político e ideológico. Todos os signos ali utilizados são resultado desse posicionamento. Toda e qualquer palavra utilizada pelos deputados no dia da votação de abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma, em um contexto específico de golpe em curso, são tomadas por novos sentidos que dialogam com esse cronotopo.

Logo, quais vozes ecoam dos signos que pedem essa *mudança*? O que podemos depreender de tal discurso? Por que essa bancada se utilizou desse

argumento? O que é essa mudança? O que precisava ser salvo e por quê? Para buscarmos possíveis respostas a essas perguntas, observemos na íntegra o discurso dos deputados Cleber Verde (PRB-MA), Arolde de Oliveira (PSC-RJ) e Erivelton Santana (PEN-BA):

Sr. Presidente, Deputados, brasileiros e brasileiras, esperamos que amanhã possamos estar todos unidos em favor do Brasil. Sr. Presidente, embora ninguém possa voltar atrás para fazer um novo começo, qualquer um pode começar de novo e fazer um novo fim. O PRB segue junto e unido. Que Deus nos abençoe. 'Sim' ao impeachment! (Cleber Verde/ PRB-MA)

Sr. Presidente, com esperança, com amor e com muita fé na restauração do Brasil, eu voto como o povo quer que eu vote, como o povo do Rio de Janeiro, que eu amo, quer eu vote e como minha família me orientou a votar. (Arolde de Oliveira/ PSC-RJ)

Presidente, pelo resgate da esperança do povo brasileiro, pela reconstrução do nosso País, mas, sobretudo, em defesa da vida, da família e da fé, voto 'sim'. (Erivelton Santana/ PEN-BA)

Os três deputados trouxeram em seu discurso o elemento *salvação*. Parece um consenso entre eles que o Brasil estava em um ponto muito ruim e precisava de uma mudança – golpe – para poder seguir. Somente essa *mudança/reconstrução/restauração* poderia dar ao povo brasileiro esperança que, de acordo com esses deputados, estava perdida.

Uma mudança, como item dicionarizado, pode ser empreendida pela saída de um ponto x para um ponto y. De acordo com a teoria enunciativa bakhtiniana, entretanto, as palavras não são somente itens dicionarizados, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. (BAKHTIN, 2006, p. 96).

A Bancada Evangélica, nesse sentido, deu seu voto a cooperar para uma mudança na trajetória de alguns segmentos do país que estavam caminhando para x e, pautado pelo desejo dessa bancada, deveriam ter seu percurso alterado para y. A considerar o contexto em questão, essa *mudança* de trajetória está associada tanto aos valores quanto à economia.

No item anterior, constatamos que uma dessas rotas a ser alterada, e que fica mais evidente nos discursos, diz respeito aos valores. O Deputado Erivelton, ao votar “*pelo resgate da esperança do povo brasileiro, pela reconstrução do nosso País, mas, sobretudo, em defesa da vida, da família e da fé*” aponta que essa esperança só poderá ser efetivada “sobretudo” na defesa da vida, família e fé cristã.

Esses valores, aparentemente, são ameaçados pelo governo petista, logo, essa bancada clama por uma mudança, um resgate, uma salvação. Uma das mudanças, portanto, tão reiterada nos discursos dessa bancada são os valores e costumes que, como vimos, relaciona-se com os fios dialógicos já apresentados no capítulo anterior.

Entretanto, os valores que deviam ser recuperados não são os únicos que estavam ameaçados e precisavam de uma mudança. Questões econômicas também estavam em jogo durante a votação. Para esclarecer melhor esse outro ponto, precisamos adentrar no contexto histórico e social da votação, seu cronotopo, como vimos no Capítulo II, e compreender diferentes concepções de Estado.

Após a queda da monarquia na França – revolução francesa –, segundo Buffon e Costa (2014), surge um novo modelo de Estado. Não mais um Estado em que um rei comandava tudo e tinha poder absoluto, mas agora os cidadãos adquiriam poder político e direitos que visavam proteger a vida, a liberdade e a propriedade. Esse novo modelo é o que compreendemos por Estado Liberal.

Essa ruptura com o poder monárquico, entretanto, foi crucial para alavancar uma determinada classe: a burguesia. Nesse sentido, esse novo modelo de Estado contemplava seus interesses e aqueles que estavam à margem, como camponeses e trabalhadores, não foram assistidos por essa liberdade e igualdade (BUFFON; COSTA, 2014).

Dado esse cenário em que o lema era igualdade e liberdade, o liberalismo mostrava-se destoante de seu próprio lema, pois servia apenas aos interesses da classe burguesa (banqueiros, empresários...) e o capitalismo engolia – e ainda engole – ferozmente aqueles às margens sociais. Logo, fazia-se necessário que este Estado encontrasse meios de proteção daquela nova classe, “cuja vida transcorria em condições, às quais hoje não haveria nenhum exagero em identificá-las como análogas à escravidão” (BUFFON; COSTA, 2014, p. 105).

Assim, ao redor do mundo, alguns países começaram a adotar um novo modelo de Estado: o Estado de Bem-Estar Social, cuja função principal era minimizar as desigualdades sociais e dar condições mínimas de sobrevivência àqueles desnutridos pelo voraz capitalismo.

O modelo liberal tinha por meta manter os indivíduos livres e iguais. Por outro lado, o Estado de Bem-Estar Social caracteriza-se “pela intervenção estatal nos setores econômicos, sociais e culturais, com o seu “bem-estar” protegido por meio de

serviços sociais organizados pelo Estado” (BUFFON; COSTA, p. 106, 2014). Esses serviços variam desde educação, saúde, alimentação entre outros, não como caridade, mas como direitos de todos os cidadãos.

O Estado de Bem-Estar Social tem, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial seus anos dourados, pois mostra-se eficaz e consegue reduzir as desigualdades sociais. Entretanto, esse modelo, na lógica do capitalismo, começa a demonstrar algumas fragilidades. Os Estados, ao garantir esse bem-estar social, acabam gastando mais do que arrecadam, gerando um déficit público (BUFFON; COSTA, 2014).

Esse, aliado a outros fatores, geraram dúvidas se o Estado deveria mesmo ser um ator político no combate às desigualdades. Assim, surge um novo modelo de Estado: o neoliberalismo. Nessa concepção, “o mercado assumiria o papel, outrora desempenhado pelo Estado, de regulador das relações econômicas e sociais” (BUFFON; COSTA, 2014, p. 111). Em outras palavras, o mercado, na figura central da livre concorrência e competitividade, fica responsável por assumir as funções que antes eram do Estado e o Estado, por sua vez, é reduzido, reduzindo assim suas despesas. O neoliberalismo é, portanto, semelhante ao liberalismo, aquele modelo de Estado que surge com a queda da Monarquia.

No neoliberalismo, o Estado deve estimular a economia reduzindo impostos para as empresas, o que geraria maior competitividade e mais empregos. Deve também reduzir-se ao máximo e privatizar suas atividades. Aqueles direitos já conquistados, sobretudo pelos trabalhadores, devem também ser revistos, pois geram ônus às empresas e, portanto, ao capitalismo. De outra forma, o Estado de Bem-Estar Social é visto como o grande causador das crises mundiais. Estados Unidos e Inglaterra foram os grandes percussores desse novo modelo estatal (BUFFON; COSTA, 2014).

Para o Brasil, o neoliberalismo foi apresentado como uma “solução” no Consenso de Washington, em 1989 (NOVAES, 2008). Nessa reunião os países da América Latina assinaram um documento comprometendo-se em assumir as posturas neoliberais, a fim de minimizar a grave crise econômica instalada nesses países. Esse modelo de Estado, porém recebe grandes críticas no Brasil por reforçar as grandes desigualdades sociais já existentes no país.

Em 2003, quando Lula (PT) ganha as eleições, ganha-se também a defesa pela luta contra as desigualdades e, portanto, uma concepção de Estado pautada no

Estado de Bem-Estar Social (COSTA, 2017). Essa concepção de Estado, entretanto, não agrada a todos, sobretudo aos defensores do neoliberalismo. Assim, quando o Deputado maranhense Cleber Verde afirma em seu discurso que “embora ninguém possa voltar atrás para fazer um novo começo, qualquer um pode começar de novo e fazer um novo fim”, os quatorze anos (2003-2016) do governo petista e de Estado de Bem-Estar Social também são alvo desse “começar de novo”. Essa mudança está relacionada também à concepção de Estado que vinha sendo adotada pelo governo do Partido dos Trabalhadores.

O Doutor em Serviço Social Carlos Montañó é um dos grandes nomes brasileiros críticos ao neoliberalismo e daquilo que emerge desse conceito: o terceiro setor. Se o Estado deve ser mínimo e não deve intervir no combate às desigualdades, logo, essa responsabilidade, que era do Estado, é transferida para a sociedade civil que, nessa lógica, recebe o nome de “terceiro setor”.

Enquanto que no Estado de Bem-Estar Social o Estado assume a função de assistência social de forma universalizada, no neoliberalismo a assistência social perde seu status de direito de todos para constituir uma “atividade filantrópica/voluntária” que fica a cargo da própria sociedade (MONTAÑO, 2002). Nesse sentido, privatizar as obrigações do Estado parece estar de acordo com a lógica do discurso religioso. Se o Estado não cuida da população, ela terá que buscar esse paternalismo em outras esferas: a religiosa é uma delas. Se o Estado não mais dá um suporte assistencial, a população “poderia encontrá-lo na religião”.

Portanto, quando o deputado Cleber Verde termina seu discurso com “Que Deus nos abençoe. ‘Sim’ ao impeachment!”, ele pede a bênção de Deus de forma harmônica ao projeto neoliberal de Estado, pois, com o rompimento do Estado de Bem-Estar Social e a abertura ao neoliberalismo, somente Deus poderá abençoar e dar suporte à população, pois esse cuidado já não é mais obrigação do Estado.

Quando o deputado Arolde de Oliveira vota com fé na “restauração do Brasil” e afirma que vota “como minha família me orientou a votar”, ele está também sendo coerente com a lógica neoliberal, pois, com a minimização do Estado e com as reformas (trabalhista, da previdência...) que sucederam o golpe de 2016, a família terá que assumir a função de amparo que até então era obrigação do Estado.

Em uma primeira leitura do discurso do deputado Arolde de Oliveira, talvez não seja possível depreender que, ao se referir à sua família, ele esteja sugerindo que a família deva “assumir” a função do Estado, porém seu discurso está interligado ao

cronotopo da enunciação que, como vimos, está intimamente ligado a uma “salvação” do país em vários aspectos, dentre eles, do governo petista.

Logo, embora não esteja na superfície do enunciado, quando o analisamos contextualizado, percebemos que a família (e a fé) do deputado é um de seus pilares e que, pela orientação de seu discurso, serve de exemplo no quesito sustentação e amparo. Esses dois elementos, por sua vez, não são atribuições de um Estado neoliberal, tendo em vista que as políticas de assistência social gradativamente passam ao terceiro setor como filantropia e não obrigação do Estado. Nessa lógica, na falta de suporte por parte do Estado, a família assume uma importante função assistencial. Para tanto, faz-se necessário uma família bem estruturada para dar conta dessa responsabilidade, o que, nos parece, o deputado Arolde não só sugere ter, como faz questão de anunciar para todo o Brasil.

O discurso religioso evangélico encontra no neoliberalismo uma relação promissora. Segundo Cunha (2002), a doutrina neoliberal responde com o mercado de consumo às aspirações/desejos que emergem da sociedade. Ou seja, o consumismo é tido como elemento de satisfação das aspirações/desejos das pessoas. Percebemos que algumas igrejas evangélicas, por sua vez, compram esse discurso e o vendem como prosperidade na terra (aquisição de bens) sendo sinônimo de bênção divina.

Um exemplo dessa relação entre religião e mercado é o Ministério Recrie, da Igreja Evangélica Bola de Neve. Trata-se de um grupo que reúne empresários e pessoas que buscam empreender. Seu lema é “formar empreendedores com visão de Reino, empresas como extensão do Reino e assim cumprir os propósitos do Reino na economia de nossa nação” (RECRIE, 2020).

Outro exemplo é um texto intitulado “A fé nas promessas de prosperidade” extraído do site da Igreja Evangélica Cristo Vive, na qual a instituição traz vários versículos bíblicos que trazem como tema a prosperidade divina, seguidos de comentários reiterando esse caráter. De acordo com a Igreja, Deus promete prosperidade para aqueles que possuem fé nele. Se o indivíduo crê, ele terá todas as coisas. “Todas as coisas significam: saúde, dinheiro, felicidade, bem-estar, família em paz, harmonia de vida.” (IGREJA..., 2020).

Converter-se à religião cristã evangélica é, nesse caso, sinônimo de mudança/restauração, assim como os deputados da bancada evangélica votaram por mudança e restauração. Com a conversão à religião cristã evangélica, mudam-se

seus valores/costumes, tendo em vista que, para pertencer ao grupo, é preciso aceitá-los e segui-los, pois, como vimos, o discurso religioso atua como uma palavra autoritária.

Concomitante a isso, aquele que tem fé tem também prosperidade em todas as áreas, inclusive financeira. Essa prosperidade, entretanto, não é advinda do Estado, mas sim de Deus. Ao votarem por mudança, os deputados da Bancada Evangélica o fizeram na mesma lógica: um rompimento com o Estado de Bem-Estar Social é negar a função estatal de combate às desigualdades e deixar a prosperidade a serviço do capital (e de Deus, para aqueles que têm fé).

Portanto, *mudança*, no contexto em estudo, perpassa outros sentidos que não só aqueles estabelecidos em um dicionário. Se o fosse, bem como defendia o objetivismo abstrato, seria apenas um sinal vazio. “A palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna ‘própria’ quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento [...] (BAKHTIN, 1993, p. 100), ou seja, quando a palavra é povoada com intenções e acentos, torna-se um signo, portanto, dialógica, pois é perpassada de outras vozes.

Ao se posicionar favorável ao Golpe e enunciar os signos *mudança/restauração/reconstrução* e demais signos que impliquem em uma mudança de direção, podemos observar mais esse fio dialógico que perpassa os discursos analisados e explicita o posicionamento da Bancada Evangélica na abertura do processo de impeachment.

Compreendendo a dialogicidade dos discursos, ou seja, que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2017, p. 272), verificamos, portanto, que os discursos dos deputados da Bancada Evangélica que se posicionaram favoráveis ao Golpe de 2016 são perpassados pela voz do mercado e da economia, mais precisamente de uma vertente neoliberal. Essas vozes, embora não estejam explícitas no discurso, ressoam e dialogam com os valores e ideologias desse grupo de deputados e influenciaram seu posicionamento no evento analisado.

Considerações finais

Esta pesquisa se constituiu na tentativa de um olhar mais atento ao posicionamento discursivo dos membros da Bancada Evangélica durante a abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, a fim de contribuir para os estudos acerca da participação da população evangélica em nosso Estado laico. Para tanto, o referencial teórico escolhido, sobretudo o conceito de dialogismo, foi fundante para a constituição desse olhar e das reflexões que se deram a partir deste. Nesse sentido, cabem aqui algumas considerações acerca do processo de análise e dos resultados obtidos desse processo.

Primeiramente, reiteramos a Análise Dialógica do Discurso (ADD) enquanto uma ferramenta preciosa para interpretar o mundo que nos cerca, os discursos que circulam e, sobretudo, para uma elucidação de aspectos sociais que chamam a nossa atenção e interferem direta e indiretamente em nossa existência no mundo. Assumir o papel de analista em uma perspectiva dialógica, ou seja, sem estar preso a categorias pré-existentes, mas que surgem e fluem no processo, é atentar-se às sutilezas dos discursos – incluindo os não verbais – e, portanto, da própria vida.

A tela que abre o primeiro capítulo é transpassada por esse sentimento de analista que, no preto e branco de alguns becos discursivos, traz a luz e percebe ali um arco-íris de fios dialógicos que se interligam discursivamente. Então percebemos que as cores estiveram sempre ali, mas no movimento da rotação da Terra – que não é plana – se diluem e, sem a argúcia necessária, prevalece o branco aos olhos humanos. Assim, a ADD nos faz desacelerar o olhar e vislumbrar alguns elos coloridos da cadeia enunciativa.

Em segundo lugar, consideramos importante destacar que, no processo de análise, a Bancada Evangélica de 2016 se mostrou mais plural que a expectativa. Embora 94,5% de seus membros tenham votado a favor do Golpe de 2016, não podemos ignorar os 5,5% que se posicionaram contrários à destituição rompendo com a homogeneidade do bloco. Esses 4 deputados representam que “Deus” não derrubou a presidenta Dilma Rousseff, como noticiou o jornal *El País* (MARTÍN, 2016), pois também foi usado na justificativa de membros dessa Bancada, na contramão do posicionamento majoritário.

Todavia, embora destaquemos a atuação dos 4 deputados, a Bancada Evangélica, quase que em sua totalidade, votou favorável ao Golpe de 2016. E ainda

que cada um desses 69 deputados tenha discursado de forma individual e pertençam a diferentes denominações religiosas, seus valores comuns e o pedido de mudança soaram quase como um coro entre as vozes da Bancada, motivo pelo qual foram evidenciados na análise.

No cenário de extrema polarização política e ideológica que se desenhava no contexto em questão, não havia espaço para neutralidade. Se um deputado, mesmo que sem justificar seu voto, votou *sim* ou *não* ali já estava seu posicionamento. Quando o “sim” ou “não” vinham acrescidos de uma justificativa, todo o enunciado era perpassado pelo seu posicionamento central. Assim, notamos que o signo *Deus* foi utilizado acompanhado de *sim* e *não* e, portanto, assumiu diferentes significações.

Quando os valores vieram acompanhados de *sim* ao Golpe, verificamos a presença de um discurso muito semelhante ao que antecedeu o Golpe de 64: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Nesses dois eventos, um grupo formado majoritariamente por uma classe média conservadora saiu às ruas em defesa de seus valores religiosos e familiares que supostamente estavam ameaçados.

Consideramos que essa ameaça parece estar vinculada a um Estado que não privilegia uma única forma de constituição familiar e crença, mas que busca estabelecer políticas públicas para a garantia de existência e resistência de diferentes formas de ser e estar no mundo. Assim, o discurso religioso se apresenta como uma palavra de autoridade e atravessada por forças centrípetas, pois se elege enquanto verdade absoluta e não permite a diversidade de configurações familiares e crenças que não as suas.

Somado à ideia de um Estado que perpetua a diversidade – na contramão da ideologia dessa Bancada –, pudemos observar que a própria concepção de Estado estava presente nos discursos daqueles que apoiaram o Golpe quando repetidamente enunciaram uma *salvação* para o país e um desejo por mudança. Aqui então destacamos aquilo que nos pareceu central nesses discursos: a voz do mercado.

O dia 17 de abril de 2016 foi um marco para a história política do país, pois ali não só se decidiu pela abertura de um processo de destituição de uma presidenta, mas também marcou o começo do fim de 14 anos do governo petista e sua concepção de Estado, sociedade e economia que, como vimos, foi perpassada pela lógica do Estado de Bem-Estar Social. Esse dia marca também a ruptura com essa concepção de Estado e o nascimento de um Brasil Neoliberal, marcado por reformas antipopulares e pela diminuição do Estado.

Ao analisar dialogicamente os discursos da Bancada Evangélica (representativa dos interesses da parcela evangélica da população) na abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, constatamos que seus membros se posicionaram majoritariamente em favor da mudança do Estado de Bem-Estar Social para o Estado Neoliberal, assim como se colocaram em defesa da família e da fé cristã. Esse posicionamento é representativo da população evangélica brasileira que, no censo do IBGE de 2010, representa 22,2% da população do país e, de acordo com projeções, deve ultrapassar a parcela católica em 2032 (ZYLBERKAN, 2020).

Recentemente, observamos que a parcela evangélica da população brasileira continua estreitando os laços com o discurso neoliberal e se fazendo cada vez mais presente na esfera política e na luta pela propagação de seus valores. A eleição de Bolsonaro (sem partido), em 2018, para o cargo de presidente eleito democraticamente após o Golpe de 2016, certamente é representativo dessa relação, visto que, em sua campanha, levantou a bandeira neoliberal e saiu em defesa da família e dos valores cristãos. Logo, obteve grande apoio dos evangélicos do país, como noticiou o jornal Le Figaro “Au Brésil, les évangéliques ont voté Jair Bolsonaro”⁹ (LECLERCQ, 2018).

Dadas essas considerações, concluímos que o discurso religioso evangélico no Brasil tem se aproximado da esfera política e encontra ali uma forma de atuar pelos seus interesses. Tanto em 1964 quanto em 2016 – podemos observar ainda os acontecimentos recentes, como a eleição de Bolsonaro, em 2018 – o grupo evangélico aproximou-se de discursos conservadores e neoliberais – ou até mesmo ditatoriais, como em 1964 – na tentativa de barrar a diversidade social e alavancar suas ideologias que, nos parece, encontra no Estado mínimo uma relação harmoniosa, pois reduz a assistência estatal abrindo brecha para uma “assistência divina”.

Por fim, trazemos ainda uma última consideração que diz respeito ao tema da pesquisa e sua abertura para novos horizontes. A participação dos evangélicos na esfera política tem sido cada vez maior e, como vimos, trata-se de uma população que tem crescido nos últimos anos. Sendo nos estudos da linguagem, das ciências humanas, da religião ou outras áreas correlatas, o campo de pesquisa acerca da

⁹ “No Brasil, evangélicos votaram em Jair Bolsonaro” (tradução nossa).

participação desse grupo na esfera política está longe de ser esgotado e seus estudos são cada vez mais urgentes.

Dessa forma, finalizamos este estudo com algumas perguntas que podem orientar outros estudos: Como tem sido a participação da Bancada Evangélica nas demais votações no Congresso? As populações evangélicas se sentem representadas por esses deputados e senadores? Há organização de bancadas evangélicas nas Assembleias Legislativas nos Estados e municípios? E na votação de abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma, quais outros aspectos discursivos poderiam ser analisados?

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 20 mar. 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética** (A Teoria do Romance). São Paulo: Hucitec, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II: as formas do tempo e do cronotopo**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BRAIT, Beth. Análise e Teoria do Discurso. *In*: BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin: Outros Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-31.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 06 jun. 2020.
- BRITTO, Débora. Políticos evangélicos protestam contra aborto na porta de clínica e chamam menina de 10 anos de 'assassina'. **Dom Total**, 2020. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1465904/2020/08/politicos-evangelicos-protestam-contraborto-na-porta-de-clinica-e-chamam-menina-de-10-anos-de-assassina/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- BUFFON, Marciano Buffon; COSTA, Bárbara Josana. Do Estado De Bem-Estar Social Para o Neoliberalismo. **Rev. Estudos Legislativos**, Porto Alegre, n. 8, 2014. Disponível em: <http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/153/pdf>. Acesso em 14 mai. 2020.
- CALGARO, Fernanda; MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>> Acesso em: 24 ago. 2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica**. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf> Acesso em 03 mai. 2020.
- CANCIAN, N. Ministério tira 'identidade de gênero' e 'orientação sexual' da base curricular. **Folha de São Paulo**, 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873366-ministerio-tira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

COSTA, Silvio. Lula representa volta do Estado de Bem-Estar Social. **Pt.org.br**, 2017. Disponível em: <<https://pt.org.br/silvio-costa-lula-representa-volta-do-estado-de-bem-estar-social/>>. Acesso em: 18 maio 2020.

CUNHA, Magali do Nascimento. A influência da ideologia neoliberal na religiosidade evangélica: o discurso do mundo “gospel”. **Caminhando**, São Paulo, v. 7, n. 2, 2002. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Caminhando/article/view/1465>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

DEMOCRACIA em Vertigem. Petra Costa. Brasil: Netflix, 2019. (2h01min) Disponível em: <<https://www.netflix.com/title/80190535>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DIAP. **Radiografia do novo Congresso**: legislatura 2015-2019. Brasília, Diap.

DIP, A. Bancada evangélica cresce e mistura política e religião no Congresso. **UOL Notícias**. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/19/bancada-evangelica-cresce-e-mistura-politica-e-religiao-no-congresso.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto de; TEZZA, Cristovão. Apresentação. *In*: FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto de; TEZZA, Cristovão (org.) **Diálogos com Bakhtin**. Paraná: UFPR Editora: 2011. p. 7-20.

FRENTE Parlamentar Evangélica pede fim da ideologia de gênero nas escolas. **Gazeta do Povo**, 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/frente-parlamentar-evangelica-pede-fim-da-ideologia-de-genero-nas-escolas-1d7yzu1chr90krvj66k52623c/>>. Acesso em 24 ago. 2020.

GOMES, Ciro. “Por que o golpe acontece?”. *In*: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (org.) **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 35-36.

GONÇALVES, Rafael Bruno. **O discurso religioso na política e a política no discurso religioso**: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014). 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

IGREJA Cristo Vive. Disponível em: <<https://igrejacristovive.com.br/mensagens/a-fen-as-promessas-da-prosperidade/>>. Acesso em 26 mai. 2020.

LECLERCQ, Michel. Au Brésil, les évangéliques ont voté Jair Bolsonaro. **Le Figaro**, 2018. Disponível em: <<https://www.lefigaro.fr/international/2018/10/28/01003-20181028ARTFIG00122-au-bresil-les-evangeliques-ont-vote-jair-bolsonaro.php>>. Acesso em 19 ago. 2020.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (org.) **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55 a 59.

MATOSO, Felipe. Bancada evangélica da Câmara se diz a favor do impeachment de Dilma. **G1**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/bancada-evangelica-se-posiciona-favor-do-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em 15 mai. 2020.

MARTÍN, María. Deus derruba a presidenta do Brasil. **El País**, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html>. Acesso em 18 mar. 2020.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade: o 13 de Março das Direitas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000100012>. Acesso em: 07 abr. 2020.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18912>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

NOVAES, André. Consenso de Washington: crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais – um balanço crítico. **Revista Eletrônica Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/37102>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Pontes, 1987.

PINHEIRO, Amanda Nunes. A atuação dos membros da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional: representação legítima do eleitorado ou afronta à laicidade do Estado? **Revista Unitas**, União da Vitória, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/611>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Rev. bras. Ci. Soc**, São Paulo, v. 33, n. 96, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092018000100501&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

RECRIE. **Ministério RECRIE**. Disponível em: <<http://recrie.com/>>. Acesso em 26 mai. 2020.

ROHLING, Nívea. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 15 n. 2, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7561>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SILVA, Luiz Henrique de Almeida. Lição 4, a família sob ataque. **apazdosenhor.org.br**, 2013. Disponível em: <<https://www.apazdosenhor.org.br/profhenrique/licao4-fcs21-2tr13-afamiliasobataque.htm>>. Acesso em 24 abr. 2020.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya, 2016.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no Estado laico brasileiro. **NUMEN**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581-609, 2013.

VEIGA, Luciana Fernandes; DUTT-ROSS, Steven; MARTINS Flávia Bozza. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 72, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782019000400202>. Acesso em: 10 ago. 2020.

VIEIRA, Túlio Sousa. “**A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**”: refração dos sentidos de crise na memória da imprensa brasileira nos anos de 1964 e 2014. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.

WESTIN, Ricardo. Dois presidentes do Brasil sofreram impeachment em 1955. **Senado Notícias**, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dois-presidentes-do-brasil-sofreram-impeachment-em-1955>>. Acesso em 02 set. 2020.

ZYLBERKAN, Mariana. Evangélicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032. **Veja**, 2020. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/>>. Acesso em 19 ago. 2020.